



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



LEONARDO TORRES OLIVA

**A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA MINUSTAH E
O IMPACTO NO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS**

Rio de Janeiro

2023

LEONARDO TORRES OLIVA

**A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA MINUSTAH E O
IMPACTO NO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS**

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense em parceria com o Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Érika Kubik da Costa Pinto

Rio de Janeiro

2023

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: A atuação das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH e o impacto no Corpo De Fuzileiros Navais

Aluno: Leonardo Torres Oliva

Avaliadores

Avaliador 01:

Avaliador 02:

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	

Acima de tudo, agradeço a Deus.

À minha esposa Daiana, por ser meu eterno apoio, e aos meus filhos Leonardo e Carolina, pela companhia e incentivo aos estudos.

À professora Érika Kubik da Costa Pinto, por toda a colaboração nesta pesquisa.

RESUMO

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) ocorreu de 2004 a 2017. Foi a maior missão brasileira após a Segunda Guerra Mundial e teve a participação de mais de 37 mil militares. Por meio da Resolução 1542/2004, da ONU, as tropas brasileiras trabalharam em prol da segurança e estabilização do país, do processo eleitoral e da garantia de direitos humanos. Grandes desafios foram enfrentados pelos militares durante a missão, como combate a gangues perigosas, o terremoto de 2010 e a ajuda humanitária. O longo período da missão trouxe vários ensinamentos para as Forças Armadas, em especial para o Corpo de Fuzileiros Navais. O aprimoramento material, técnico-profissional e doutrinar da tropa, adquiridos com a missão, contribuiu para o preparo da Força frente a missões futuras sob a égide da ONU. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH e o impacto que gerou no Corpo de Fuzileiros Navais.

Palavras-chave: Haiti; Militar; MINUSTAH; País

ABSTRACT

The United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH) took place from 2004 to 2017. It was the largest Brazilian mission after the Second World War and had the participation of more than 37 thousand military personnel. Through UN Resolution 1542/2004, Brazilian troops worked towards the security and stabilization of the country, the electoral process and the guarantee of human rights. Great challenges were faced by the military during the mission, such as fighting dangerous gangs, the 2010 earthquake and humanitarian aid. The long term of the mission brought several lessons to the Armed Forces, especially the Marines Corps. The material, technical-professional and indoctrinal improvement of the troops, acquired through the mission, contributed to the preparation of the Force for future missions under the auspices of the UN. In view of this, this final paper aims to analyze the performance of the Brazilian Armed Forces in MINUSTAH and the impact it has generated on the Marines Corps.

Key-Words: Haiti; Military; MINUSTAH; Country

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	11
1.1 A década de 1990 no Haiti	11
1.2 Crise de 2004 que levou à deposição do Presidente Jean-Bertrand Aristide	14
1.3 Conceitos de Imposição da paz e de Manutenção da paz	17
1.4 O início da MINUSTAH.....	18
2. A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA MINUSTAH	24
2.1 Marcos regulatórios para o estabelecimento de uma missão de paz	25
2.2 Preparação dos contingentes brasileiros	28
2.3 A MINUSTAH e a segurança	30
2.3.1 A MINUSTAH na preparação da Polícia Nacional do Haiti.....	33
2.4 O terremoto de 2010	34
2.5 A MINUSTAH e o processo político	36
2.6 A MINUSTAH e os direitos humanos.....	37
2.7 Críticas ao caráter humanitário da MINUSTAH.....	39
2.8 Desmobilização e término da missão	41
3 IMPACTOS E LIÇÕES APRENDIDAS PELO CFN A PARTIR DA MINUSTAH... 46	46
3.1 Contribuição para a Doutrina do CFN.....	47
3.2 Legado material para o CFN.....	49
3.3 Contribuição da MINUSTAH para a Pesquisa Acadêmica.....	54
3.4 Novas capacidades do CFN a partir da MINUSTAH	55
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

A República do Haiti é um País da América Central, mais precisamente no Mar do Caribe. Ele está localizado na parte ocidental chamada ilha de *Quisqueya*, também denominada de Ilha Espanhola, e compartilha essa ilha com a sua vizinha República Dominicana. De acordo com o autor Steeve Coupeau, o Haiti é um pequeno País com cerca de 28.000 km² incluindo as ilhas de *La Tortue* e *La Gonâve*. (COUPEAU, 2008, p.1, tradução própria). Sua capital é Porto Príncipe e atualmente possui uma população de aproximadamente 11,45 milhões de habitantes.

O povo originário do Haiti foi o Taino, indígenas que ocupavam a Ilha Espanhola antes mesmo da chegada dos Espanhóis em 1492. Historicamente o Haiti passou por grandes momentos conturbados, revolucionários e sangrentos, que forjaram um País de predominância de povos oriundos da África, escravizados pelos europeus.

A manutenção da paz é um grande desafio que as nações no mundo enfrentam, hoje em dia, virtude as grandes diversidades e problemas encontrados entre os povos. Muitos fatores são importantes de serem analisados – fome, miséria, corrupção, ditadura, genocídio etc. – para se entender o motivo de um país ter dificuldades a ponto de sofrer intervenção de organismos internacionais com o propósito de ajuda humanitária. As Operações de Paz, sob o escopo da Organização das Nações Unidas (ONU), têm se mostrado grandes mecanismos para promover a estabilidade e ajudar na reconstrução de países afetados por instabilidades.

Este Trabalho Acadêmico tem o objetivo de analisar a atuação das Forças Armadas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que ocorreu entre o período de 2004 a 2017. Esta Missão teve uma grande importância para a estabilização e para a ajuda humanitária de um País que passou por grandes problemas de instabilidade política, corrupção, fome e miséria, nos anos que antecederam a 2004.

A análise da MINUSTAH tem grande relevância para os Estudos Estratégicos, pois a missão contribuiu sobremaneira para a experiência operacional das Forças brasileiras e, também, para as Relações Internacionais do País. Nesse sentido, observou-se que alguns aspectos da missão foram importantes para os Estudos Estratégicos como a segurança, a operação de paz, a cooperação civil-militar e o conhecimento adquirido por uma atuação em um ambiente predominantemente urbano.

A MINUSTAH foi de vital importância para as Forças Armadas do Brasil. A missão

durou cerca de 13 anos e teve uma participação de mais de 37 mil militares brasileiros das três Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), cada qual contribuindo, dentro da sua esfera de atuação, para um fim comum que era a estabilização da paz do país caribenho. Cabe salientar, também, que esta missão foi o maior emprego de força militar do Brasil desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Outro fator desse trabalho é explicar o papel da Força de Paz brasileira a serviço da das Nações Unidas, como a atuação desses militares contribuiu para a Política Nacional de Defesa (PND) e para o anseio da política externa brasileira em tornar o Brasil um dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse contexto, foi utilizado o Livro Branco de Defesa Nacional para entender o papel de militares brasileiros em missões de paz, como também para justificar a manutenção dos esforços nacionais no envio de efetivos à MINUSTAH.

A atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti teve um papel estratégico nas relações internacionais do País. A expertise acumulada com a MINUSTAH fez do Brasil um dos Países habilitados para futuras missões de paz da ONU. O Brasil almeja ser um grande *player* mundial nos campos político e estratégico-militar, em consequência disso, busca uma atuação mais proeminente no Conselho de Segurança da ONU com o intuito de ter voz mais ativa em grandes decisões mundiais.

De maneira bem específica, este trabalho visa, também, mostrar o enfoque expedicionário do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) como tropa de pronto-emprego, por excelência, das Forças Armadas brasileiras. Diante disso, mostraremos os ganhos que a Força teve com a MINUSTAH, tanto material quanto imaterial e, também, falaremos da inédita certificação dada pelo ONU de uma *Quick Reaction Force (QRF)* ou Força de Emprego Rápido de Nível 3. Essa tropa deverá contar com, pelo menos, 10% de seus militares do sexo feminino, uma exigência da ONU, todos equipados e dotados de meios e recursos para cumprirem missões de paz em qualquer lugar do mundo, sob qualquer cenário, inclusive com confrontação de forças adversas.

O trabalho foi desenvolvido a partir da análise sobre as perspectivas do Brasil em relação a Estratégia Nacional de Defesa e o papel das Forças Armadas, com enfoque no Corpo de Fuzileiros Navais na MINUSTAH. Este estudo teve como base pesquisas bibliográficas, publicações, revistas, artigos acadêmicos, estudos realizados por militares e civis, comunidade

acadêmica em geral, que participaram ou não da missão ou que teve uma relação com a Operação de Paz no Haiti. Foi abordada uma análise apontando os desafios enfrentados pela Força de Paz, uma crítica em relação ao modo de operar e a construção da relação entre militares e civis e os ganhos operacionais de pessoal, material e doutrina para os militares.

A razão da presente pesquisa reside na importante contribuição das Forças Armadas brasileiras para a estabilização do Haiti e os impactos no CFN, gerando mudanças significativas neste componente da Marinha do Brasil. Para isso, o trabalho se divide em três capítulos, sendo o primeiro abordando os antecedentes da crise de 2004 que ocasionaram a renúncia do Presidente Haitiano e a instabilidade política e social gerada no País até a intervenção das Nações Unidas por meio de um componente militar. Em seguida, no segundo capítulo, será abordada atuação das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH, como se deu o início, os grandes desafios enfrentados, as lições aprendidas, os erros e acertos, a desmobilização e o legado tanto para o Haiti quanto para as Forças. Por fim, no terceiro capítulo, um enfoque mais intrínseco ao Corpo de Fuzileiros Navais, as lições aprendidas para essa Força, as mudanças de paradigmas, a importante certificação de uma QRF concedida pela ONU e as perspectivas para o futuro.

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Iniciaremos este capítulo com um breve histórico sobre o contexto político do Haiti a partir dos anos de 1990. Esse período introduz o Padre Jean-Bertrand Aristide no cenário do país, o qual terá grande relevância no contexto da intervenção da ONU em 2004. Aristide aparece como um “salvador da pátria”, com ideias progressistas, a fim de ajudar a salvar o país de seus problemas sociais e econômicos. Ao decorrer da década, outros presidentes entraram em cena e fizeram com que o Haiti continuasse em seu estado de pobreza e miséria.

Este capítulo tratará da crise de 2004 que levou à deposição do presidente Aristide. No terceiro mandato presidencial, após uma crise generalizada, Aristide, pressionado e praticamente cercado na capital Porto Príncipe, renuncia ao cargo e se exila na República Centro Africana. Sem presidente e necessitando de ajuda em diversos setores importantes como a segurança, a política e o social, a ONU intervém no país por meio de uma missão internacional, a MINUSTAH, e o início dessa operação de paz será o último tópico deste capítulo.

1.1 A década de 1990 no Haiti

O período do preestabelecimento da MINUSTAH foi bastante conturbado no Haiti. Graves problemas ocorreram em sucessivos governos a partir, principalmente, da década de 1990. O autor Wladimir Valler Filho destaca que anteriormente a 1990 houve no país a ditadura dos Duvalier – François Duvalier (1957 a 1971), o *Papa Doc*, e seu filho Jean-Claud Duvalier (1971 a 1986) o *Baby Doc*¹ – e uma sucessão de golpes militares até o final da década de 1980. A partir desse momento, o Haiti ingressou em uma nova fase de sua história, marcada pela realização das eleições democráticas de 1990, consagrando-se vitorioso o padre católico, de esquerda, Jean-Bertrand Aristide (VALLER FILHO, 2007, p. 145-146).

Começava em 1991 o primeiro mandato a presidência de Aristide, fato importante a mencionar que Aristide foi o primeiro presidente eleito democraticamente no Haiti. O político era tido como populista e em pouco tempo no poder procurou focar em educação, saúde e distribuição de terras, com o intuito de reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida

¹ Em 1957, o médico François Duvalier, oriundo da classe média, elegeu-se presidente com apoio dos Estados Unidos, com o temor do avanço comunista no hemisfério. Duvalier contaria também com o suporte do exército e das elites locais. Conhecido como Papa Doc, declarou-se, em 1964, presidente vitalício e governaria autocraticamente o país até sua morte, em 1971, quando foi substituído por seu filho, Jean-Claude Duvalier, o Baby Doc, também nomeado presidente vitalício. (VALLER FILHO, 2007, p. 144).

do povo haitiano, porém esse mandato não durou por muito tempo. A presidência de Aristide foi tumultuosa desde o início, meses depois de assumir houve um golpe militar, liderado pelo General Raoul Cédras que tirou Aristide do poder.

Aristide tomou posse em fevereiro de 1991 e, poucos meses depois, em setembro do mesmo ano, seria deposto por um golpe de estado promovido por militares, com o apoio de setores importantes da elite do país, liderados pelo General Raoul Cédras. O Presidente deixou o país em busca de asilo nos Estados Unidos e o governo militar responsável pelo golpe nomeou, logo em seguida, o civil Marc Bazin, como Primeiro-Ministro. A partir daquele ano, os enfrentamentos cresceram significativamente, tanto no plano político quanto no social, agravados por um quadro econômico desalentador (VALLER FILHO, 2007, p. 146).

De acordo com o Professor Doutor Tadeu Morato Maciel, após o golpe militar de 1991, houve no Haiti um período de violência, repressão e abuso aos direitos humanos, o que fez com que muitos haitianos fugissem do país e buscassem refúgio, principalmente nos EUA e no Canadá. Em 1993, em uma ação conjunta com a Organização dos Estados Americanos (OEA), a ONU coordenou pela primeira vez uma missão para o Haiti, autorizada pela Assembleia Geral, denominada Missão Civil Internacional no Haiti. Seu objetivo principal era verificar e interromper as possíveis violações dos direitos humanos realizadas pela junta militar que tinha sob liderança o General Raoul Cédras (MACIEL, 2018, p. 78).

Em 31 de julho de 1994 o Conselho de Segurança da ONU, atuando sob o Título VII da Carta das Nações Unidas, adotou a Resolução 940, que autorizou os Estados membros a formar uma Força Multinacional. Esta intervenção internacional estava autorizada a empregar todos os meios necessários para facilitar o fim do regime extraconstitucional do General Raoul Cédras e o retorno do presidente Aristide (COUPEAU, 2008, p. 135, tradução própria).

Em setembro de 1994, foi realizada a operação *Uphod Democracy*, composta de uma Força multidimensional das Nações Unidas, com maioria de soldados norte-americanos, interveio no Haiti para retirar do poder a ditadura militar e restabelecer na presidência Jean-Bertrand Aristide. A presença militar norte-americana estava relacionada à implantação de programas sociais e econômicos e à democratização dos direitos de propriedade. A década de 1990 é marcada por intervenções da ONU no Haiti com o fim de restabelecer a ordem política e social.

Após ser reconduzido à presidência, especialmente pelas mãos dos EUA, Aristide não manteve em seus discursos as referências a grandes transformações sociais, como a reforma agrária. Ao contrário, ele teria aprofundado algumas medidas consideradas de cunho neoliberal. Em 1995, por exemplo, lançou um programa de privatizações que resultou na aquisição das estatais por grandes empresas estrangeiras. Também reprimiu protestos camponeses e foi acusado de eliminar eventuais opositores. Ao

mesmo tempo, dissolveu o Exército, responsável pelo golpe de 1991, e, sob a orientação de militares dos Estados Unidos, formou uma nova polícia, cuja direção centralizou. Para se manter associado à sua base eleitoral, manteve o diálogo com organizações populares. Fez comícios em favelas e investiu em propaganda; tomou algumas medidas que agradaram setores mais à esquerda, como o reconhecimento público de Cuba como um país livre (PESCHANSKI, 2006, p. 648, apud MACIEL, 2018, p. 79).

Um fato relevante ocorrido nessa gestão de Aristide foi a destituição do Exército. Após o golpe militar que o retirou do cargo de Presidente em 1991, ele não tinha muita confiança no seu Exército e, mesmo diante de muitas críticas, em 1995, extingue o Exército para constituir uma nova instituição policial mais profissional e responsável para garantir a segurança interna do país, que foi a Polícia Nacional Haitiana (PNH). Esta polícia ficou responsável por manter a paz e a segurança pública, porém carecia de recursos e meios para realizar suas tarefas.

Tendo em vista o fim do mandato de Aristide, em 1995 ocorre as eleições presidenciais para sua sucessão. O vencedor foi o ex-Primeiro-Ministro de Aristide, o político René Garcia Préval. Préval venceu facilmente a corrida eleitoral com quase 88% dos votos válidos em um pleito com mais 13 oponentes. O Haiti teve, em 1996, a sua primeira transferência de presidente democraticamente em sua história. O governo de Préval se estabeleceu de 1996 a 2001, quando volta ao poder Aristide (COUPEAU, 2008, p. 137, tradução própria).

Cabe salientar que, mesmo com governos democráticos na gestão do País, o Haiti ainda teve intervenções da ONU na década de 1990.

Após 1994, o Haiti sofreu outras três interferências internacionais: a Missão de Suporte das Nações Unidas (UNSMIH), iniciada em julho de 1996 e encerrada em julho de 1997; a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), estabelecida em 1997, no período de agosto a novembro; e a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), de dezembro de 1997 a março de 2000 (CORBELLINI, 2009, p. 96-97 *apud* CAZUMBA, 2020, p. 35).

A figura, a seguir, mostra uma tabela, produzido pelo Professor Doutor Tadeu Morato Maciel (2018), que sintetiza, a atuação da ONU no Haiti entre os anos de 1990 e 2001.

Tabela 1 - Atuações da ONU no Haiti entre 1990 e 2001		
Nome da missão	Ano de implantação	Principais tarefas
ONUVEH - Grupo Observador da ONU para Verificação das Eleições no Haiti	1990	Auxílio na realização das eleições em dezembro de 1991 (o Embaixador brasileiro João Augusto de Médicis foi designado Representante Pessoal do Secretário-Geral para liderar o Grupo)
MICIVIH - Missão Civil Internacional no Haiti	1993	Missão conjunta da ONU e da OEA para verificar e interromper violações de direitos humanos perpetradas pelo General Raoul Cedras
UNMIH - Missão das Nações Unidas no Haiti	1993	Primeira missão de paz da ONU no Haiti, voltada à efetivação do Acordo de <i>Governors Island</i> (assinado pelo então presidente haitiano, Jean Bertrand Aristide, e o Chefe das Forças Armadas Haitianas, Raoul Cedras, em julho de 1993) para retomada da democracia, incluindo a modernização das forças armadas, uma nova força policial e a viabilização das eleições
UNSMIH - Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti	1996	Missão destinada à profissionalização da Polícia Nacional do Haiti, a recuperação das instituições e da economia haitiana e a promoção de um ambiente social seguro e estável
UNTMIH - Missão das Nações Unidas de Transição no Haiti	1997	Missão voltada à manutenção dos esforços de treinamento e profissionalização da Polícia Nacional do Haiti
MIPONUH - Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti	1997	Missão dedicada à condução do espectro completo de funções de polícia, para a consolidação da democracia e revitalização do sistema de justiça do Haiti. Nesta missão não foram utilizadas forças militares
MICAH - Missão de Apoio Internacional Civil no Haiti	2000	Missão mista da ONU com a OEA, com apoio da CARICOM, para a promoção dos direitos humanos e reforço da eficácia institucional da polícia haitiana, do sistema judiciário e da legislação eleitoral

Figura: Tabela de atuações da ONU no Haiti entre 1990 e 2001.
 Fonte: (MACIEL, 2018, p. 82).

Nesse contexto, verificou-se que o final do século XX, mais precisamente na década de 1990, o Haiti foi marcado por interrupções de governos e atuações da ONU, com tentativas de estabilização e de retorno à democracia.

1.2 Crise de 2004 que levou à deposição do Presidente Jean-Bertrand Aristide

A crise que se instaurou no Haiti em 2004 teve início logo após a eleição de 2000. A realização do pleito eleitoral era uma incógnita em 1999, dada a impossibilidade de o governo conduzir o processo. Foi estabelecido um Comitê Eleitoral Provisório (CEP), a fim de promover novas eleições até o final de 1999. As eleições municipais e legislativas de 2000, embora contestadas pela oposição e pela comunidade internacional, favoreceram os candidatos do

partido *Fanmi Lavalas* ². A oposição, unida na sua maior parte no partido *Convergence Démocratique* ³, recusou-se a participar das eleições presidenciais de novembro de 2000, sob a alegação de que o governo manipulava sistematicamente os resultados dos pleitos (VALLER FILHO, 2007, p. 148).

Nas eleições presidenciais em 2000, Aristide foi eleito pela terceira vez, sucedendo, então, Rene Préal, em um pleito com baixa participação do eleitorado e diversas denúncias de fraudes. Aristide foi eleito com 60,5% dos votos e de acordo com a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, somente 2 milhões de eleitores teriam votado, universo que, para os líderes da oposição, não chegava a 5% do total de eleitores inscritos (ibidem).

Nos primeiros anos de governo a tensão aumentou rapidamente, resultando na formação de uma forte oposição, como foi a *Convergence Démocratique*, cujo objetivo precípuo foi afastar Aristide do poder. A oposição era composta por ex-membros das Forças Armadas e grupos paramilitares que passaram a realizar inúmeros crimes com o intuito de desestabilizar o governo. Em contrapartida, diversos integrantes desses grupos foram alvos de perseguições por parte de grupos da PNH mais alinhados Aristide, criando um ambiente no qual cresciam as violações de direitos humanos (ARAÚJO, 2015 apud MACIEL, 2018, p. 83).

As lutas políticas e sociais aceleraram nos dois primeiros anos da gestão de Aristide. Os abusos de poder e o cerceamento à imprensa eram exacerbados e, após a morte de jornalistas e de representantes dos direitos humanos que denunciavam os excessos do governo, o presidente estabelecia um sistema de tolerância zero. Ao mesmo tempo que buscava combater a violência, acobertava crimes cometidos pela PNH e favorecia a formação de gangues urbanas (VALLER FILHO, 2007, p. 149).

Vários levantes sociais estavam ocorrendo no Haiti e a situação ficava cada vez mais tensa. Em dezembro de 2003, estudantes favoráveis à Aristide e estudantes simpatizantes à oposição se enfrentaram na Universidade de Porto Príncipe e não ocorreu intervenção da PNH. Houve um aumento da repressão à oposição por parte do governo e Aristide utilizou-se de grupos armados mercenários, os chamados *Chimères*⁴, para conter as manifestações que lhe

² *Fanmi lavalas* Partido político criado em 1997, por Jean-Bertrand Aristide.

³ *Convergence Démocratique*: Partido Político criado em 2000, para oposição ao *Fanmi lavalas*.

⁴ *Chimères* ou na tradução do francês “Quimeras”, “fantasmas”, são grupos armados simpatizantes a Aristide.

eram contrárias e que se alastraram por todo o país. Ao mesmo tempo que o governo enfraquecia a PNH, com baixos salários, aumentava-se o tráfico de armas e o tráfico internacional de drogas (VALLER FILHO, 2007, p. 150). Percebe-se, afinal, como vai se construindo um cenário de caos, por meio de conflitos, uma fraca polícia e formação de gangues, que culminaria com a intervenção da ONU.

A OEA preocupada com a crise no Haiti, por causa de irregularidades nas eleições de 2000, resolveu tomar medidas para conter os flagrantes de abusos aos direitos humanos. Nesse sentido, a Organização criou uma Força Internacional, por meio da Resolução 82.261⁵ que assegurou a presença de tropas internacionais para garantir a realização das eleições de 2003. Por meio da Missão de Apoio à Justiça do Haiti (*Mission to Support Justice in Haiti – MSJH*), composta de uma equipe de especialistas internacionais em direito e justiça, seus integrantes trabalharam em colaboração com as autoridades haitianas para implementar reformas e programas destinados a fortalecer o sistema judicial (VALLER FILHO, 2007, p. 151).

A situação do Haiti deteriorou-se rapidamente após um levante de rebeldes que conquistou o comissariado central de polícia de *Gonaïves*, uma importante cidade ao norte. Segundo Ricardo Antonio Cazumba, em um conturbado ambiente social caracterizado por forte descontentamento da população, em fevereiro de 2004, ex-militares ligados a grupos de oposição iniciaram uma onda de violência no país, primeiro em *Gonaïves*, que foi rapidamente controlada pelos rebeldes. Em seguida, os movimentos de resistência armada se espalharam pelo norte do país, o que possibilitou controlar e isolar a região de *Artibonite* e conquistar as suas principais cidades. Ao tomarem as principais estradas de acesso que incidiam na região, os revoltosos definitivamente dividiram as partes norte e sul do país (CAZUMBA, 2020, p. 36).

A tomada da cidade de *Gonaïves* foi bastante significativo para o desencadear das ações que levaram à queda de Aristide e a consequente intervenção da ONU, como evidencia Maciel:

Ainda no mês de fevereiro de 2004, eclodiram alguns conflitos armados em Gonaïves, os quais ganharam robustez rapidamente e alastraram-se por toda a região setentrional do país. Os opositoristas acreditavam que Aristide não convocaria as eleições

⁵ §3º da CP/RES. 806 (1303/02) corr. 1, da OEA: Acompanhar o interesse e disposição do Governo do Haiti de trabalhar conjuntamente com a comunidade internacional para encontrar uma solução para a atual crise política, mediante o estabelecimento de uma Missão da OEA, em conformidade com a resolução AG/RES. 1831 (XXXI-O/01), da Assembleia Geral da OEA, para trabalhar no espírito da Carta da OEA e da Carta Democrática Interamericana. Disponível em https://www.oas.org/pt/council/CP/documentation/res_decs/. Acesso em 19/07/2023.

parlamentares marcadas para aquele ano. Para eles, o presidente pretendia alterar as leis do país de forma a possibilitar a sua reeleição em 2005. Em consonância com esse processo, a oposição armada organizou uma ofensiva para tomar o controle da capital, Porto Príncipe. Ao ver-se praticamente entrincheirado no palácio do governo, o presidente Aristide deixou o governo em 29 de fevereiro, exilando-se na República Centro-Africana e, posteriormente, na África do Sul. De forma imediata, o Primeiro-Ministro Yvon Neptune fez a leitura da carta de renúncia deixada por Aristide. Em acordo com as leis constitucionais haitianas, o presidente da Suprema Corte, o jurista Boniface Alexandre, assumiu como presidente interino, cargo que ocupou até maio de 2006. Também em 29 de fevereiro, o representante permanente do Haiti nas Nações Unidas apresentou uma carta de solicitação de assistência, na qual autorizava a entrada de tropas internacionais no país (MACIEL, 2018, p. 84).

Com o aceite do pedido de assistência da ONU pelo presidente-interino do Haiti, Boniface Alexander, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 1.529/2004, de 29 de fevereiro de 2004. Essa Resolução autorizava a constituição e emprego, por 90 dias, de uma Força Multinacional Provisória (FMP). A FMP foi criada a partir do artigo VII da Carta das Nações Unidas e autorizava os países participantes (Canadá, Chile, Estados Unidos e França) a tomarem todas as medidas consideradas necessárias para o cumprimento do mandato. O Brasil, mesmo por votar a favor da criação da FMP, não participou da missão por considerá-la uma iniciativa de imposição de paz, ao estar baseada no artigo VII da Carta das Nações Unidas.(LUCENA, 2014 apud MACIEL, 2018, p. 85)

Neste diapasão, cabe destacar o mencionado nos artigos 1º e 2º da Resolução 1529/2004, da ONU⁶, pois sintetiza a missão da FMP no país:

1. Exorta os Estados-Membros a apoiarem a sucessão constitucional e o processo político em curso no Haiti e a promoção de uma solução pacífica e duradoura para a crise atual;
2. Autoriza o destacamento imediato de uma Força Multinacional Provisória por um período não superior a três meses a partir da adoção desta resolução: (UNITED NATIONS, 2004a)

1. 3 Conceitos de Imposição da paz e de Manutenção da paz

Para entendermos melhor o motivo de o Brasil não participar de missões de imposição da paz, cabe destacar o seu conceito e, também, o conceito de manutenção da paz. Segundo Gilda Motta Santos Neves *Peace-enforcement* ou Imposição da paz define hoje a intervenção de um país ou coalizão de países, diretamente entre as partes em conflito – sem sua autorização

⁶ 1. *Calls on Member States to support the constitutional succession and political process now under way in Haiti and the promotion of a peaceful and lasting solution to the current crisis;*
2. *Authorizes the immediate deployment of a Multinational Interim Force for a period of not more than three months from adoption of this resolution:*

ou do país em que ocorre o conflito e, algumas vezes, sem autorização do Conselho de Segurança (NEVES, 2009, p. 16). Em contrapartida, de acordo com Boutros Boutros-Ghali (ex-Secretário-Geral da ONU no período de 1992 a 1996) o conceito de *Peacekeeping* ou Manutenção da paz infere em uma atuação mais branda, “é a implantação de uma presença das Nações Unidas no campo, até então com o consentimento de todas as partes envolvidas, normalmente envolvendo pessoal militar e/ou policial das Nações Unidas e frequentemente também civis” (BOUTROS-GHALI apud NEVES, 2009, p. 17, tradução própria).

Após termos um entendimento dos conceitos de imposição da paz e manutenção da paz, podemos verificar que o Brasil não participou da FMP por entender ser uma missão de imposição da paz, o que iria de encontro aos preceitos do inciso IV, do Art. 4º da Constituição Federal, que é a “não intervenção”, o que veremos mais adiante ainda neste capítulo.

A Força Multinacional Provisória, aprovada pela Resolução 1529/2004, tinha permissão para atuação imediata e suas atribuições eram de contribuir para um ambiente seguro e estável no País; facilitar a prestação de assistência humanitária; possibilitar reestruturação da Polícia e da Guarda Costeira do Haiti; apoiar a criação de condições de trabalho dos organismos internacionais e regionais; e evitar uma maior degradação da situação humanitária (UNITED NATIONS 2004a). Esse foi, portanto, o primeiro passo para o estabelecimento da MINUSTAH no Haiti.

1.4 O início da MINUSTAH

O início da MINUSTAH se dá em 30 de abril de 2004, com a aprovação da Resolução 1542/2004, do Conselho de Segurança da ONU. Dessa forma, o artigo 1º da referida Resolução⁷, pois deixa claro o estabelecimento da missão:

1. Decide estabelecer a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), a força de estabilização prevista na resolução 1529 (2004), para um período inicial de seis meses, com a intenção de renovação por períodos adicionais; e solicita que a autoridade seja transferida do FMP para a MINUSTAH em 1º de junho de 2004; (UNITED NATIONS, 2004b).

⁷ 1. Decides to establish the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), the stabilization force called for in resolution 1529 (2004), for an initial period of six months, with the intention to renew for further periods; and requests that authority be transferred from the MIF to MINUSTAH on 1 June 2004;



Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança adota a Resolução 1542 (2004), que estabelece a MINUSTAH. À esquerda, de costas, o Embaixador Ronaldo Sardenberg vota pelo Brasil.
Foto: Devra Berkowitz/ United Nations Photo

Fonte: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Disponível em <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em 23/02/2023.

Desta feita, o Brasil aceitaria participar e enviar tropas ao Haiti, por considerar ser esta uma missão de manutenção da paz. Além do mais, o comando militar foi entregue General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira, em 30 de maio de 2004 (VALLER FILHO, 2007, p. 155-156).

A Resolução 1542/2004 foi a orientação para a atuação da MINUSTAH. Diante disso, a essência da missão estava em três principais áreas de atuação das Forças de Paz: segurança e estabilidade do ambiente; processo político e direitos humanos. A primeira tarefa é a de apoiar o governo de transição e as instituições haitianas em seus esforços em prol do estabelecimento de um ambiente seguro e estável para o desenvolvimento do processo político e constitucional no país. Com destaque à segurança pública por meio da reestruturação da Polícia Nacional Haitiana (MACIEL, 2018, p. 91).

No que diz respeito ao segundo ponto, a missão deveria fornecer apoio ao processo constitucional e político no Haiti, principalmente, auxiliar o governo a organizar, monitorar e realizar eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e justas; e ajudar o governo de transição a estender a autoridade do Estado em todo o território do Haiti e apoiar a boa governança em nível local (ibidem).

Por fim, o terceiro ponto, a missão deveria dar assessoramento ao governo, as instituições e grupos haitianos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos,

especialmente em relação às mulheres e crianças, em colaboração com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)⁸, a fim de garantir a responsabilidade individual por abusos e reparação às vítimas (ibidem).

A legitimidade da MINUSTAH centrava-se, de uma forma geral, na capacidade de pôr fim às violações dos direitos humanos e de reestruturar, de forma bastante ampla, algumas funções essenciais do Estado haitiano. Ademais, ter conhecimento dessas principais tarefas da MINUSTAH, é de grande valia para, no próximo capítulo, entendermos se as Forças Armadas brasileiras agiram conforme o preconizado pela ONU e, se realmente, o que fora estabelecido num primeiro momento foi entregue, fazendo uma análise crítica dos erros e acertos na missão.

A MINUSTAH representava, portanto, a retomada da participação brasileira nas Operações de Paz, com a particularidade de o país ter sido convidado pela ONU para exercer a liderança militar da missão.

O Brasil tem um histórico relevante de participações em missões de paz, com envio de tropas e observadores, sob a égide das Nações Unidas. Segundo o Ministério da Defesa⁹ (BRASIL, 2023), o primeiro envio de tropas brasileiras ao estrangeiro foi em 1956, com a participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), para evitar conflitos entre egípcios e israelenses e pôr fim à Crise de Suez. Além da grande participação no Haiti, recentemente o Brasil atuou no Líbano, por meio de uma Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano¹⁰ (UNIFIL) com o envio de navios e militares da Marinha do Brasil. Essas missões recentes trouxeram prestígio à política externa do País aumentando a projeção brasileira no cenário mundial.

Ao todo, o Brasil já participou de 50 missões sob a égide das Nações Unidas, entre as de manutenção de paz e as políticas especiais, tendo contribuído com aproximadamente 60 mil militares e policiais militares para a paz mundial (BRASIL, 2023).

A participação brasileira na missão de paz no Haiti, considerando as dinâmicas internas do país, deve ser compreendida como uma manifestação do reposicionamento da política

⁸ Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - *Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights* (OHCHR), em inglês.

⁹ Fonte Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz>. Acesso em: 27/07/2023.

¹⁰ Força Interina das Nações Unidas no Líbano - *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), em inglês.

externa brasileira a partir da década de 90, com Fernando Henrique Cardoso. Nessa época, o governo brasileiro buscou substituir uma política externa de natureza reativa por uma política de integração ou postura autônoma de integração. O Brasil perseguiu uma participação ativa nas principais pautas das instituições internacionais responsáveis pelas normas e regulações do sistema econômico e político internacional (VEGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003, p. 37-38 apud CAZUMBA, 2020, p.38).

A partir de 2003, com a administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política externa brasileira passou a estar orientada pela multipolaridade. No caso do Haiti, a colaboração do Brasil se deve à uma incansável busca de conquistar um assento no Conselho de Segurança da ONU e exercer um maior protagonismo nas relações internacionais, que hoje está formalizada no Livro Branco de Defesa Nacional:

O Brasil trabalha para que os fóruns de concertação multilaterais, em especial os que integram as Nações Unidas, tornem-se mais representativos da realidade mundial do século XXI. A eficácia e a legitimidade das decisões e das políticas adotadas pela ONU serão tanto maiores quanto maior for sua capacidade de expressar interesses dos países que a compõem. O pleito do País com relação à reforma abrangente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular, responde a esse projeto inclusivo que motiva, há décadas, a política externa brasileira. Uma expressão evidente da crescente importância do Brasil na área de paz e segurança internacional tem sido a participação em operações de paz. Tais operações são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito, bem como evitar que países em situações de pós-conflito vejam ressurgir a violência armada. Ao lado de fundos, agências e programas da ONU, missões de paz são importante face dessa Organização, uma vez que representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva (BRASIL, 2020a, p. 16).

Ainda no escopo do amparo legal, o Brasil fundamenta-se sua participação na MINUSTAH na Constituição Federal de 1988¹¹:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988).

¹¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 26/07/2023

Destacaremos, então, neste Artigo 4º, os incisos II, VI e o Parágrafo único, pois, de acordo com a natureza da missão, o que fora preconizado na Resolução 1542/2004, da ONU, esses artigos amparam legalmente a participação brasileira na MINUSTAH e fundamentam as relações internacionais do País na defesa da paz.

O início da participação brasileira foi, efetivamente, em 29 de maio de 2004, quando a primeira equipe do grupo precursor do Primeiro Contingente da MINUSTAH chegou a porto Príncipe. O grupo era formado por quarenta e sete militares, sendo quarenta do exército Brasileiro e sete do Corpo de Fuzileiros Navais, distribuídos em quatro aeronaves Hércules da Força Aérea Brasileira que pousaram no aeroporto Internacional *Toussaint Louverture*. Dois dias depois, chegaram mais 27 Fuzileiros Navais, completando o desembarque do grupo precursor. Os demais componentes do contingente prosseguiram para o Haiti, divididos em cinco escalões. Em 25 de junho, ocorreu a passagem de responsabilidade da Força Multinacional Provisória para a MINUSTAH (CAZUMBA, 2020, p. 38-39).

Estruturalmente, o contingente brasileiro era uma brigada, comandada pelo General de Brigada Américo Salvador de Oliveira, composta por 1.197 militares. A Brigada Haitiana é composta por três unidades: o Batalhão do Exército Brasileiro (BRABAT), o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMAR) e a Base Administrativa. Além do contingente, a liderança militar da missão pelo Brasil garantia a indicação dos oficiais Gerais que exerceriam a função de *Force Commander* e indicava oficiais ao Estado-Maior da Força da MINUSTAH (ibidem, p.39).

O Haiti encontrado pela Força de Paz era uma sociedade colapsada. Os serviços essenciais estavam interrompidos e o lixo se acumulava nas principais ruas de Porto Príncipe. A PNH havia chegado a tal grau de desorganização que não conseguia realizar sua principal atividade que era a segurança. Áreas de Porto Príncipe como *Cité Soleil* e *Cité Militaire* eram controladas por grupos armados, as chamadas “gangues”, que, segundo estimativas das nações Unidas, envolviam 25 mil pessoas (ibidem).

Ainda em relação ao País, a economia, a política e o social encontravam-se degradados, que só poderiam ser melhorados a partir de uma contínua presença de quadros técnicos externos e apoios financeiros. Com relação ao Governo transitório, a comunidade internacional seria convocada para fornecer cooperação e os recursos necessários para o erguimento do País. Nesse caso, a presença da MINUSTAH viria a possibilitar a geração de um ambiente favorável para a

inicial estabilidade das instituições públicas e a garantia das ações para a reestruturação do Estado (VALLER FILHO, 2007, p. 159).

Podemos observar neste capítulo que historicamente o Haiti enfrentou problemas de cunho político que afetaram, de maneira direta, os aspectos sociais e econômicos do País. Desde o final da década de 1980, ocorreram alternâncias no poder originadas de processos eleitorais fraudulentos e suspeitos, seja por meio de golpes militares ou por deposição de presidentes. Nesse contexto conturbado, observamos que de alguma forma, a ONU se fazia presente no País, seja com tropas militares ou seja com delegações para observar processos eleitorais.

Um grande ator do final do século XX e início do século XXI, no País, foi Jean-Bertrand Aristide. Por três vezes no poder, não conseguiu emplacar uma gestão que pudesse ser proveitosa para toda a nação. Apesar de acusações da oposição por fraudes no processo eleitoral e de violações de Direitos Humanos, em 2004, rebeldes encerraram Aristide na capital Porto Príncipe forçando-o a uma renúncia da presidência, fato estopim para o estabelecimento de uma força internacional de paz sob a égide da ONU.

A decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas em implementar uma Operação de Manutenção da Paz no Haiti foi, portanto, de vital importância para a estabilização e organização do País.

O início da MINUSTAH foi bastante desafiador para as tropas. O Haiti enfrentava muitos problemas relacionados a falta de segurança, incerteza política e violações dos Direitos humanos. Diante disso, abordaremos no próximo capítulo como as Forças Armadas brasileiras enfrentaram essas graves questões, nos 13 anos de atuação no país, e ajudaram o povo haitiano, a contornar as dificuldades que se apresentavam no dia a dia.

2. A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA MINUSTAH

Os Contingentes brasileiros na MINUSTAH tinham, em média, a duração de seis meses, podendo variar um pouco esse período. Estar longe de casa e da família era bastante difícil para qualquer militar, porém a missão era muito gratificante, pois conseguir ajudar um país que se encontrava com diversas dificuldades e um povo carente de itens básicos para sobrevivência, enchia de ânimo a tropa.

Quando se encerrava um contingente do Corpo de Fuzileiros Navais, era de costume ter uma cerimônia de transição entre os militares que estavam chegando e os que estavam retornando para o Brasil. Nessa cerimônia, era tocada a canção “Soldado da Paz”, do grupo Cidade Negra, o que marcava cada militar que estava concluindo a missão. Este autor participou do 22º Contingente da MINUSTAH, no período de junho a dezembro de 2015, pelo BRAMAR, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, da Marinha do Brasil e esta canção foi reproduzida durante o rodízio com o 23º Contingente:

O soldado da paz não pode ser derrotado
Ainda que a guerra pareça perdida
Pois quanto mais se sacrifica a vida
Mais a vida e o tempo são os seus aliados

A reprodução de trecho da música “Soldado da Paz” simboliza a grande responsabilidade que todos os “Capacetes Azuis”¹² tiveram na ajuda da reconstrução de um país que se encontrava com problemas políticos, sociais e de segurança, além de ter sido devastado por catástrofes naturais.

Neste capítulo abordaremos como se realizou a atuação das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH. Destacaremos como a ONU esperava a participação das Forças brasileiras referente aos 3 pontos importantes da Resolução 1542/2004: segurança e estabilidade do ambiente; processo político e Direitos Humanos. Em seguida, falaremos da atuação das forças no terremoto de 2010, das críticas de autores que tiveram variados pontos de vistas referentes à missão, observações construtivas para que se possa refletir os pontos positivos e negativos do contingente e finalizaremos com a desmobilização e retorno das tropas para o Brasil.

¹² Capacetes Azuis ou *Blue Helmets* (em inglês), também conhecidos como “Soldados da paz” são as forças de manutenção de paz das Nações Unidas. Civis, militares e polícias que trabalham em conjunto para assegurar a paz e a segurança mundiais. Disponível em: <<https://unric.org/pt/capacetes-azuis-da-onu-vidas-dedicadas-a-manutencao-da-paz/>> Acesso em: 07/09/2023.

2.1 Marcos regulatórios para o estabelecimento de uma missão de paz

Para que haja uma Operação de Manutenção da Paz, deve haver alguns marcos regulatórios para legitimar o uso desse instrumento de paz. Neste escopo, um dos primeiros fundamentos da missão de paz pode ser observado nos artigos 41 e 42, do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas:

Artigo 41. O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42. No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas. (BRASIL, 1945)

Na ocorrência de alguma ameaça à paz ser levada a apreciação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, este poderá decidir pelo desdobramento de uma Operação de Manutenção da Paz. De acordo com Priscila Liane Fett Faganello, após as considerações e sugestões do Secretariado, o Conselho de Segurança aprovará uma resolução que dará ensejo a criação de uma missão de paz e delineará seu respectivo mandato (FAGANELLO, 2013, p. 51-52). Nesse sentido, o mandato é significativo, pois orienta como se deve trabalhar na missão e, no caso do Haiti, verificamos no primeiro capítulo, que a ONU emitiu a Resolução 1542/2004.

Quando uma missão de paz é estabelecida, ela deve estar fundamentada em três princípios basilares, quais sejam: imparcialidade, consentimento das partes e não uso da força, exceto para autodefesa ou defesa do mandato e, portanto, não agressão da soberania do Estado. Após serem estabelecidos esses princípios, é elaborado entre a ONU e o país anfitrião da missão o documento chamado *Status of Force Agreement* (SOFA) e/ou o *Status of Mission Agreement* (SOMA). O SOFA é relativo a questões como o estado da operação, a situação dos membros, a responsabilidade pela jurisdição criminal e civil sobre os membros da operação e a resolução de disputas ou reivindicações. O modelo do SOFA foi estabelecido em 1990 pelo documento “*The Report of the Secretary-General on the Model Status-Of-Forces Agreement for Peace-keeping Operations*”¹³ (BEIRÃO, 2010 apud SALVATORE, 2016, p. 42).

¹³ Documento disponível em <<https://digitallibrary.un.org/record/101559#record-files-collapse-header>>. Acesso

Por outro lado, o SOMA engloba a situação jurídica dos civis e militares envolvidos na missão. Também menciona as regulações fiscais aos envolvidos com a operação, a liberdade de movimento, dos serviços públicos básicos em geral, como o fornecimento de água e energia elétrica, a proteção ao pessoal da ONU, a solução de disputas que possam surgir e os aspectos específicos da ligação entre governo local e as Nações Unidas (BEIRÃO, 2010 apud SALVATORE, 2016, p. 42).

O *Memorandum of Understanding* (MOU)¹⁴ é o contrato firmado entre as Nações Unidas e o País Contribuinte de Tropas (TCC)¹⁵. Nesse documento, assinado pelo representante da missão permanente do país junto à Organização e pelo Subsecretário-Geral do DPKO, ficam estabelecidas as responsabilidades administrativas e logísticas entre a ONU e o país contribuinte. São definidos os equipamentos fornecidos pelo governo do TCC a serem empregados na missão. Quanto ao pessoal envolvido na missão, o MOU estabelece as condições de pagamento, acomodação e alimentação. Este documento contém, ainda, regras de condutas e o compromisso dos TCC exercerem a jurisdição sobre aqueles que forem responsabilizados por ações criminosas (FAGANELLO, 2013, p. 53-54).

As *Rules of Engagement* (ROE)¹⁶, ou Regras de Engajamento na tradução para o idioma português, é um documento anexo ao MOU e nelas são estabelecidos parâmetros e limites para o emprego da força pelos militares numa operação de manutenção da paz. Elas asseguram que o uso da força observará os propósitos da Carta da ONU, o mandato do Conselho de Segurança, além dos princípios de Direito Internacional, incluído o Direito Internacional Humanitário. A elaboração das Regras de Engajamento fica a cargo do DPKO e auxiliam o *Force Commander* da missão a implementar os objetivos militares do mandato, de acordo com a resolução do CSNU (FAGANELLO, 2013, p. 54-55).

Para uma país fazer parte de uma Missão de paz da ONU, ele deve seguir regras e documentos formulados pela Entidade Internacional. Nesse sentido, o Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior (2019, p.71) menciona que, no caso da Marinha do Brasil, o início do

em: 17 Ago 2023.

¹⁴ *Memorandum of Understanding* (MOU) referente à MINUSTAH está disponível em: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/HTI/AWD97737_Haiti%20Joint%20RoL%20Programme_MOU_8no v16.pdf>. Acesso em: 17 Ago 2023.

¹⁵ Sigla para a terminologia em inglês *Troop Contributing Countries* (TCC).

¹⁶ *Rules of Engagement* (ROE) referente à MINUSTAH está disponível em: <<https://pt.slideshare.net/Stanylucas/minustah-rules-of-engagement>>. Acesso em: 17 Ago 2023.

planejamento para a MINUSTAH se deu com a análise de alguns documentos que foram apresentados pela primeira vez aos planejadores da futura operação, a saber: o *Status of Forces Agreement* (SOFA), os *Guidelines* (diretrizes) da ONU e o *Memorandum of Understanding* (MOU). Por se tratar do primeiro contato com essas normas da ONU, o estudo, a compreensão, a análise e a síntese exigiram grandes esforços por parte de todos os envolvidos. Desse esforço, destacou-se nossa primeira lição aprendida: a importância do conhecimento prévio dos principais documentos normativos da ONU sobre Operações de Paz (BARBOSA JUNIOR, 2019, p. 73)

Tendo em vista a necessidade das Nações Unidas de aperfeiçoar as Operações de Paz, principalmente após as experiências ocorridas ao longo do século XX, foram criados dois documentos que faziam uma série de recomendações para melhorar a eficácia dessas operações, sendo eles o Relatório Brahimi e a Doutrina Capstone. Num primeiro momento, no ano 2000, foi redigido o Relatório Brahimi¹⁷ em resposta aos desafios e às críticas enfrentados pelas Operações de Paz da ONU em várias partes do mundo.

O Relatório Brahimi frisou como sendo de grande relevância, quando do desdobramento de uma Operação de Manutenção da Paz, a observância dos princípios integrantes da *holly trinity*¹⁸, quais sejam: o consentimento, a imparcialidade e o mínimo uso da força. No entanto, no que diz respeito a esse último, o relatório salientou que, em função da nova realidade das missões de paz – que compreende, dentre outros desafios, a necessidade de estabilizar o território, de proteger civis e o pessoal envolvido na missão e na ajuda humanitária, de desarmar milícias etc. –, as regras de engajamento devem ser suficientemente robustas para dar cumprimento a todas as previsões do mandato. (FAGANELLO, 2013, p. 221).

Em 2008 foi redigida a Doutrina Capstone, que dá a devida relevância à proteção de civis nas Operações de Manutenção da Paz. Ela foi um marco na história das Operações de manutenção da paz, pois guia as ações da organização em cenários diversos, por meio do planejamento e o gerenciamento, desde o nível estratégico até o tático e é um documento fundamental para a liderança militar.

A Doutrina *Capstone* retoma algumas ideias vistas no Relatório Brahimi. Os princípios da *holly trinity*, por exemplo, são reafirmados como pontos importantes a serem observados quando da autorização de uma *peacekeeping operation*.

¹⁷ Relatório Brahimi - Nome dado em referência ao ex-Ministro das Relações Exteriores da Argélia, o Sr. Lakhdar Brahimi, que, em 2000, presidiu o *Panel on United Nations Peace Operations* (Painel) com o fito de revisar o papel das *peacekeeping operations* empreendidas pela Organização.

¹⁸ *Holly Trinity* – Em uma tradução livre seria a “Santíssima Trindade” das Operações de Paz, ou seja, os três princípios básicos, interdependentes e imprescindíveis a uma Operação de Manutenção da paz: o consentimento, a imparcialidade e o uso mínimo da força.

Na linha dos mandatos claros e funcionais, a Doutrina *Capstone* preconiza um alto grau de detalhamento de suas diretrizes e sua adequação a realidade do terreno. Nessa ótica, nos últimos anos o CSNU tem adotado a prática de fundamentá-los no capítulo VII da Carta da ONU, nos casos em que a situação se configurar como uma ameaça à paz e segurança internacionais e o Estado anfitrião for incapaz de manter a segurança e a ordem pública. Fica clara a autorização para o uso da força, devendo, para tanto, contar a operação de manutenção da paz com ROE suficientemente robustas e bem delineadas, a fim de que o mandato possa ser cumprido.

No tocante aos Direitos Humanos, a doutrina frisa a importância de os mandatos serem concebidos a luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos, em especial da Declaração Universal dos Direitos Humanos (FAGANELLO, 2013, p. 223-224).

2.2 Preparação dos contingentes brasileiros

Do segundo semestre de 2004, quando o 1º Contingente iniciou sua atividade no Haiti, até o final de 2005, ao término do 3º contingente, a preparação das forças era realizada individualmente, cabendo ao Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB) a orientação e preparo dos designados pelo Exército Brasileiro. Em fevereiro de 2005 ocorreu a constituição do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), entretanto até o 6º Contingente, o preparo dos militares ainda era conduzido pelo CEPAEB, mas já contando com a participação do CIOpPaz. Nesse escopo, é factível afirmar que do 1º até o 6º Contingente, o preparo dos militares do EB ficava a cargo do CEPAEB (CAZUMBA, 2020, p. 111).

Segundo o Coronel do EB Carlos Augusto Ramires Teixeira o primeiro semestre de 2007 foi dedicado a atender instruções para o 7º Contingente. O primeiro evento nas instalações do novo CIOpPaz foi o Estágio de Preparação para o Comandante e o Estado-Maior Combinado (EPCOEM) do Batalhão Haiti, antecedendo o Exercício Avançado para Comandantes e Estado-Maior. Naquela oportunidade, o Centro recebeu seus primeiros alunos da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira. Pode-se afirmar que essa foi a primeira atividade de instrução “conjunta”. No segundo semestre, além desse estágio, realizou-se a primeira versão do Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL) do 8º Contingente. (TEIXEIRA, 2017, p. 28)

Ainda pelo Exército Brasileiro, em 15 de junho de 2010 foi criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Inicialmente, o treinamento dos militares foi planejado e realizado por cada uma das Forças Armadas e focado, principalmente, nos aspectos táticos. Após a constituição do CCOPAB, coube a este Centro a tarefa de preparar os contingentes que seguiriam para o Haiti (CAZUMBA, 2020, p. 39).

Segundo Marco Aurelio Gaspar Lessa, durante a preparação no CCOPAB, os militares recebiam instruções sobre patrulhas motorizadas e a pé, posto de bloqueio de controle de vias urbanas, posto de segurança estático, operações de controle de distúrbios, instruções de tiro e tarefas específicas de engenharia de construção, adaptadas às máquinas existente no Haiti. Além do mais, os combatentes recebiam instruções sobre o *Standard Generic Training Module*¹⁹ (SGTM), que é o pacote padrão da ONU que contempla diversos assuntos, tais como: sistema da ONU; estrutura das operações de paz; fundamento legal; controle do *stress*; atitudes de conduta; segurança de pessoal; minas e explosivos; direitos humanos; ajuda humanitária; coordenação civil-militar; comunicações e negociação; desarmamento, desmobilização e reintegração; relações com a imprensa; pessoal; logística; medicina preventiva. (LESSA, 2007, p. 72-73)

Pela Marinha do Brasil, as Unidades da Força de Fuzileiros da Esquadra, parcela Operativa do Corpo de Fuzileiros Navais, utilizavam de técnicas e procedimentos nos adestramentos convencionais que se encaixavam nas operações de paz. No entanto, algumas limitações eram impostas à postura da tropa decorrentes do mandato da missão e das ROE estipuladas pela ONU. Dessa forma, era necessário o desenvolvimento de novas técnicas e procedimentos que proporcionassem segurança à tropa participante de uma operação de paz (PILAR, GÓIS, *et al.*, 2017, p. 46-47).

Nas duas primeiras fases da MINUSTAH (do 1º até o 10º Contingente), os adestramentos eram focados no que a ONU preconizava como Capacidades Operacionais, estabelecido no *United Nations Infantry Battalion Manual* (UNIBAM)²⁰. Os treinamentos eram dedicados em conduta de patrulha a pé, motorizada e mecanizada, estabelecimento de *Checkpoints* (Postos de Controle de Trânsito), guarnecimento de pontos fortes, operações helitransportadas, operações conjuntas, escolta de comboio, controle de distúrbios, primeiros socorros, tiro e uso da Língua *Creole* (PILAR, GÓIS, *et al.*, 2017, p. 46-47).

Na preparação dos contingentes da MB integrantes na terceira fase da missão, caracterizada do 11º até 26º contingente, foi estabelecido que a preparação dos militares integrantes da missão se daria em 15 semanas, divididas em quatro fases: preparação individual,

¹⁹ *Standard Generic Training Module* (SGTM) - Módulo de Treinamento Genérico Padrão (tradução livre).

²⁰ *United Nations Infantry Battalion Manual* (UNIBAM) - Manual de Batalhão de Infantaria da ONU (tradução livre). Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/3._military_-_1_united_nations_infantry_battalion_manual_unibam.pdf> Acesso em: 31/08/2023.

preparação coletiva, semana de oficinas e tema tático. Ressalta-se que as etapas de oficina e tema tático eram realizadas no exercício Adestramento de Batalhão de Proteção (AdestBtlProt), na Região de Itaóca, Espírito Santo. Dessa forma, os Fuzileiros Navais eram capacitados a operar nas ruas do Haiti e a suportar as adversidades que poderiam ocorrer no país (PILAR, GÓIS, *et al.*, 2017, p. 46-47).

Com o decorrer da missão, os adestramentos dos contingentes foram se aprimorando com as lições aprendidas dos militares que participaram dos primeiros destacamentos. Ademais, o EB criou o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e a MB criou a Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOpPazNav), essas instalações atuaram no preparo de futuros contingentes e passaram a funcionar como importantes organizações de intercâmbios de ideias e repositórios de conhecimentos atinentes às operações de paz (BRAGA, 2019, pp. 99-100).

A Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOpPazNav) da Marinha do Brasil (MB), estabelecida dentro do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), é o órgão de treinamento da MB para operações de paz, particularmente as de caráter naval. O Capitão de Fragata Fuzileiro Naval Alder Cardoso Ferreira bem definiu a EsOpPazNav:

A MB, por meio de seu Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), atenta à necessidade de melhor estruturar o treinamento de seus militares para a participação de vulto que a MINUSTAH demandou, bem como melhor gerir as experiências e conhecimentos auferidos naquela missão e nas demais em que militares da MB eram desdobrados, cria, em 2008, a Escola de Operações de Paz do Corpo de Fuzileiros Navais (EOPazCFN), no CIASC, estabelecimento de ensino militar do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da MB, localizado no Rio de Janeiro. Nessa Escola passaram a ser treinados os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) a serem desdobrados na MINUSTAH, assim como militares da MB e de forças coirmãs a serem enviados em missões individuais, como oficiais de estado-maior ou observadores militares (FERREIRA, 2017, p. 217).

Em 2019, com o crescimento e importância da Escola, ela passa a se chamar de Centro de Operações de Paz de Caráter Naval da Marinha do Brasil (COPazNav).

2.3 A MINUSTAH e a segurança

A segurança foi o tema central da MINUSTAH durante os 13 anos de atuação das Forças. O Contra-Almirante (FN) Carlos Chagas Vianna Braga, no Livro “13 Anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas” (2019, p. 120), bem definiu a atuação brasileira no tocante à segurança dividindo a missão em fases distintas, o que nos ajuda a

compreender, de maneira prática, como se desenvolveu a missão:

- Confrontação (dezembro de 2004 até o início de 2007);
- Estabilização (início de 2007 até o terremoto de 12 de janeiro de 2010);
- Pós terremoto (12 janeiro de 2010 até meados de 2011);
- Recuperação (de meados de 2011 até o início de 2015); e
- Redução e desmobilização (do início de 2015 até o fim do mandato em outubro de 2017) (BRAGA, 2019, p. 120).

Nesse escopo, num primeiro momento de confrontação das forças de segurança com as forças adversas encontradas no Haiti, avultou de importância um conceito denominado de Operação de Manutenção da Paz Robusta. Para FAGANELLO (2013, p. 77-78) as Operações de Manutenção da Paz Robustas envolvem o uso da força em nível tático, já as Operações de Imposição da Paz empregam a força no nível estratégico, o que normalmente é proibido aos Estados-membros, exceto quando autorizada pelo Conselho de Segurança. Além do mais, as operações robustas devem ter o consentimento do Estado que recebe a missão, diferentemente da Operação de Imposição da Paz que não exige esta permissão.

De acordo com Braga (2019, pp. 90-91) as Forças militares estiveram desde o primeiro momento envolvidas nas mais diversas e complexas atividades, envolvendo quase todo o espectro de conflitos armados, variando desde operações de ajuda humanitária até as operações militares de grande vulto. Cabe destacar algumas das principais atividades realizadas:

- Patrulhas diurnas e noturnas, a pé, motorizadas e mecanizadas;
- Escolta e segurança de comboios de ajuda humanitária;
- Proteção aproximada de autoridades, incluindo a segurança pessoal do Primeiro Ministro e a segurança do Palácio Presidencial, além da proteção de visitantes ilustres;
- Segurança de instalações consideradas sensíveis pelo governo do Haiti ou pela MINUSTAH, incluindo o porto e o Conselho Eleitoral Provisório (CEP);
- Segurança de grandes eventos, como o jogo de futebol Brasil x Haiti;
- Pontos de bloqueio, pontos fortes e pontos de controle;
- Controle, acompanhamento e proteção de manifestações populares;
- Ajuda humanitária;
- Operações conjuntas com a PNH e com a UNPOL, incluindo pontos de controle e patrulhas;
- Ações humanitárias em emergências;
- Negociação para evitar conflitos;
- Recuperação de prédios públicos ocupados ilegalmente pelos ex-militares;
- Operações militares de grande envergadura, em terreno urbano, contra gangues armadas que atuavam nos bairros populares (BRAGA, 2019, pp.91-92).

Em um primeiro momento de confrontação das forças brasileiras contra gangues haitianas, as maiores dificuldades se encontraram em *Bel Air* e *Cité Soleil*. *Bel Air* é um bairro de classe média e baixa, da cidade de Porto Príncipe, constituído por algumas favelas, nesta localidade atuavam os *Chimères*, que aterrorizavam à região do Palácio Nacional. Essa gangue

tinha motivações políticas e econômicas, realizando sequestros, assaltos e roubos, além de assassinatos e atos de extrema violência.

Foram realizadas grandes operações em *Bel Air* contra as forças adversas. O método principal utilizado foi o cerco, investindo sobre as bases conhecidas e o vasculhamento da região cercada. Houve grande resistência dos *Chimères*, o que gerou vários tiroteios. A ocupação de regiões que detinham dominância sobre a localidade, os denominados Pontos Fortes²¹ foi de vital importância para a conquista da localidade. O sucesso da operação em *Bel Air* se deu pela vantagem operacional conferida pelo estabelecimento dos Pontos Fortes que eram bases para lançamentos de Pelotões que tinham a missão de realizar patrulhas na região. É bastante interessante o relato do General de Divisão André Luis Novaes Miranda sobre o ambiente operacional encontrado nos primeiros contingentes:

Foram fundamentais, para o sucesso dessas operações, os passos dados por contingentes anteriores, como o desdobramento de uma companhia nos fundos do Palácio Nacional, posição centralizada na cidade, e, principalmente, a decisão do 2º Contingente de ocupar o Forte Nacional, já no coração de *Bel Air*. Essas duas posições foram transformadas em bases de combate para os dois subsetores mais centrais na cidade. A ocupação do Forte tinha como objetivo trazer outros setores da MINUSTAH para o local, como o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e o *Civil Affairs*, e mesmo a PNH, o que acabou não ocorrendo naquele momento, mas serviu principalmente de base para as ações contra os *Chimères* do bairro. Entre dezembro de 2004 e junho de 2005, ocorreram 68 ataques contra as tropas brasileiras em *Bel Air*, sendo que, em 48 deles, houve resposta pelo fogo. Pode-se dividir a atuação do 3º Contingente em *Bel Air* em duas fases estratégicas: na primeira, buscava-se a segurança da zona de ação, enquanto que, na segunda, visava-se a estabilização. Naquela, predominaram as grandes operações de combate e o estabelecimento dos primeiros Pontos Fortes (PF). Nesta, pequenas operações, presença permanente na área e operações tipo polícia, complementadas por Ações Cívico-Sociais (ACISO) unilaterais do batalhão, além de outras em coordenação ou cooperação com as polícias (haitiana e da ONU) e agências civis.

Os resultados obtidos em *Bel Air* não poderiam ser melhores. Contrariando expectativas, em 6 meses, o bairro foi libertado dos mais de 200 elementos das forças adversas que ali atuavam.

Os grupos oponentes foram desarticulados, inicialmente, por meio de grandes operações de cerco e vasculhamento, nas quais as forças adversas sofreram pesadas perdas e passaram a temer a tropa brasileira (MIRANDA, 2017, p. 53-54).

Cité Soleil era conhecida por ser um reduto de gangues armadas e criminalidade desenfreada, tornando-se um dos lugares mais perigosos do país. A MINUSTAH teve grande dificuldade em estabelecer a paz e a normalidade na região desde o início da missão. Não obstante, ocorreram diversas ações em *Cité Soleil*, entre os anos de 2004 e 2007, para sua

²¹ O Ponto Forte é um dispositivo no qual uma tropa estabelece segurança em todas as direções, tem condições de defender-se de ações das forças adversas e, a partir desse local, pode projetar poder e cumprir outras missões. (MIRANDA, 2017, p. 54)

libertação das gangues locais,

A operação para a efetiva tomada de *Cité Soleil* deu-se início em dezembro de 2006 e envolveu forças de diversos países componentes da MINUSTAH, em uma tentativa de desarmar as gangues e restaurar a ordem na área. A operação foi marcada por confrontos intensos entre as forças de paz e as gangues, resultando em vítimas civis e baixas entre os militares.

Entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007, a MINUSTAH conduziu sua mais organizada e robusta campanha militar contra as gangues de Cité Soleil.

A operação Jauru representou o maior exemplo do esforço realizado. Em 9 de fevereiro de 2007, a MINUSTAH realizou sua maior operação contra as gangues de Cité Soleil, contando com a participação de militares do Brasil, Chile, Bolívia, Peru, Paraguai, Uruguai e Jordânia.

A campanha foi considerada um grande sucesso, resultando na derrota das principais gangues. Na realidade, representou também um importante ponto de inflexão para a missão. A partir daquele momento, Porto Príncipe teve uma sensível redução das atividades de gangues e da criminalidade em geral. Outro aspecto de especial importância: foi a última vez na qual a MINUSTAH teve que recorrer ao uso da força em níveis elevados (BRAGA, 2019, pp. 124-125).

Cabe salientar que a atuação das tropas brasileiras na fase de confrontação da MINUSTAH estava fundamentada em estabelecer a paz no Haiti, diminuir as ações das gangues, pacificar o ambiente interno para o pleito eleitoral e estabelecer uma confiança entre os militares e a população local. Nesse escopo, essas ações melhoraram os índices de aprovação do povo haitiano em relação à missão e, também, projetou positivamente o Brasil perante a opinião internacional.

2.3.1 A MINUSTAH na preparação da Polícia Nacional do Haiti

O apoio à Polícia Nacional do Haiti também se constituía uma tarefa especificada no mandato da MINUSTAH. Essa atribuição foi bem desafiadora, pois a instituição policial encontrava-se em péssima situação, como falta de equipamentos, denúncias de corrupção e de violação de direitos humanos, instalações precárias e deficiência de efetivo e equipamento (BRAGA, 2019, p. 96).

O relacionamento e a cooperação com a Polícia Nacional foram buscados. Suas prioridades foram o fortalecimento do papel crítico da PNH, a segurança e a estabilidade do país, bem como a profissionalização, reforma e responsabilização da polícia na promoção da segurança nacional. O objetivo era transformá-la em uma instituição profissional que prestasse serviços à população haitiana em concordância com princípios democráticos e de direitos humanos (MELO NETO, 2015, p. 36).

Entre os países componentes da MINUSTAH que se dedicaram ao restabelecimento da PNH, o Brasil teve uma participação quase insignificante. As tropas brasileiras, em proveito da qualificação da PNH, realizaram treinamento na área de policiamento de trânsito, doação de munições e doação de motos da marca Harley-Davidson. Por outro lado, enquanto a cooperação brasileira sobre questões de polícia foi ínfima, outros países realizaram cooperações interessantes na área de formação de policiais haitianos. Entre os países sul-americanos, Chile e Colômbia ofereceram bolsas para realização de cursos de formação e especialização de policiais haitianos, promovendo, inclusive, a transferência de conhecimentos técnicos (MELO NETO, 2015, p. 37).

Cabe destacar que a colaboração entre a MINUSTAH e a PNH não foi isenta de desafios. A polícia haitiana enfrentou problemas de corrupção, falta de recursos e pessoal e desafios de segurança em um ambiente de fragilidade institucional. No entanto, ao longo da missão, a MINUSTAH desempenhou um papel fundamental no apoio à construção e ao fortalecimento da capacidade da PNH, o que contribuiu para a estabilização e a manutenção da ordem no país.

Cinco anos após o início da missão podia-se afirmar que os níveis de segurança no país melhoraram de forma considerável, ao ponto que iniciaram os debates sobre a retirada das forças militares e sobre a necessidade de se proceder a uma mudança na natureza da missão. Porém tudo mudou com o terremoto de 12 de janeiro de 2010, a partir desse momento a missão teve caráter policial e humanitário.

2.4 O terremoto de 2010

No dia 12 de janeiro de 2010, o Haiti sofreu um grande terremoto, de magnitude 7.0 na Escala Richter, o que causou a morte de mais de 200 mil pessoas. A Força de paz já estava prestes a deixar o país, porém após essa catástrofe natural, o CSNU renovou a MINUSTAH. A partir daí, a missão aumentou o número de soldados e passou a realizar buscas por sobreviventes, remoção de escombros e corpos, além de distribuir alimentos.

A ONU e a MINUSTAH também sofreram perdas substanciais. O terremoto causou a morte de 101 integrantes da missão, incluindo seu chefe, o Representante Especial do Secretário Geral, Hédi Annabi. Foram confirmadas as mortes de 21 brasileiros, sendo 18 militares da Força de paz, todos do Exército, além do Diplomata Luiz Carlos da Costa e da médica, fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns. A sede da missão também ficou completamente destruída. O

terremoto trouxe novos desafios de segurança, como descreve o Contra-Almirante (FN) Pilar:

Porém, é importante relatar que o terremoto trouxe novos problemas e amplificou alguns já existentes. Dentre os principais problemas, podemos destacar: escassez de alimentos, condições sanitárias ruins, atendimento hospitalar insuficiente, grande número de desabrigados e interrupção do fornecimento de água e energia elétrica para residências. Além dessas adversidades, algumas Delegacias de Polícia foram destruídas, o que levou a PNH voltar a atuar de forma precária, desencadeando assaltos, saques a instalações comerciais, fuga de detentos da Penitenciária Nacional, causando insegurança na população. Tal fato levou ao aumento autorizado do efetivo pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para 2 mil militares e 1.500 policiais (PILAR, GÓIS, *et al.*, 2017, p. 50)

Cabe salientar que a resposta internacional ao terremoto foi imediata e massiva. Muitos países, organizações humanitárias e agências da ONU enviaram equipes de resgate, suprimentos médicos, alimentos e ajuda financeira para auxiliar o Haiti na recuperação. Os Estados Unidos e o Canadá enviaram suas tropas de assistência a desastres para as áreas mais atingidas no prazo de 72 horas após o terremoto, alcançando o número de 18.500 e 2.000 soldados, respectivamente, até o final de janeiro de 2010 (MACIEL, 2018, p. 113).

Ainda em janeiro, para o enfrentamento dos novos desafios por causa do terremoto, foi redigida a Resolução 1908, da ONU, que autorizou o aumento do efetivo da MINUSTAH para 8.940 militares e 3.710 policiais. Em consequência, as tropas de Infantaria e Engenharia foram desdobradas no Haiti, incluindo um segundo Batalhão de Infantaria do Brasil (BRAGA, 2019, pp. 127-128).

Como a missão ganhou caráter humanitário, a Base General Bacellar tornou-se o ponto de recebimento e tratamento de feridos. Nesse sentido, foram realizados centenas de atendimentos de saúde pelo pessoal de saúde do BRABAT. Além do mais, foram intensificadas as ações de resgate, a fim de buscar sobreviventes e de recuperar corpos. Das tarefas realizadas pelo contingente brasileiro, destacam-se escoltas de comboio humanitário e distribuição de alimentos para famílias haitianas, orfanatos, igrejas, ONG'S, instituições do governo e outras organizações da MINUSTAH. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018, p. 35).

A Engenharia do EB realizou trabalhos de desobstrução de ruas e vias principais, que eram necessárias para o escoamento de suprimentos e para o resgate de feridos. Ademais, essa fração realizou a entrega de água potável, reconhecimento de estradas destruídas e análise de estruturas abaladas. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018, p. 35).

Mesmo com a crise humanitária instalada por causa do terremoto, no início de 2011 já havia se passado o período mais crítico da catástrofe. O Haiti precisava continuar seu caminho

rumo a estabilidade política, devido a esse fato foram conduzidas eleições presidenciais e tiveram como vencedor o político Michel Joseph Martelly, que sucedeu a René Préval. Um fato importante na trajetória política do país, pois houve uma sucessão presidencial de forma democrática (BRAGA, 2019, p. 128).

Pode-se inferir que após o terremoto de 2010 a atuação das Forças brasileiras em conjunto com a ajuda humanitária advinda de grande parte do mundo foi primordial para o restabelecimento do Haiti. Infelizmente muitas pessoas perderam suas vidas na catástrofe, famílias foram desestruturadas e muitas crianças ficaram órfãs, por isso o trabalho da MINUSTAH, com salvamentos, resgates, obras de infraestrutura e socorro humanitário, foi essencial na retomada da normalidade e na estabilização do país.

2.5 A MINUSTAH e o processo político

Historicamente o processo eleitoral no Haiti não é de fácil condução. A MINUSTAH contribuiu para o pleito eleitoral de 3 transições presidenciais. A primeira em 2006, depois os pleitos de 2010 e de 2016. Entre os anos de 2006 e 2009, o trabalho da MINUSTAH esteve ligado, também, à reconstrução político-institucional do Estado haitiano, procurando incentivar o diálogo político.

Após a pacificação de *Bel Air*, ocorrida em 2005, veio o período eleitoral, momento em que os ânimos se acalmaram. Em 2006 foram realizadas eleições nacionais no Haiti e mesmo com dificuldades encontradas e do frágil ambiente de segurança, os pleitos eleitorais foram realizados dentro do período esperado. Segundo o Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval Edson Oliveira, as forças brasileiras contribuíram com escolta de material eleitoral, segurança de centros de votação no dia da eleição e a escolta do recolhimento do material eleitoral após a votação. Com o fim das eleições e a vitória do candidato René Préval, o Haiti viveu um momento relativo de paz social. Neste período, houve uma intensificação no patrulhamento, principalmente as patrulhas noturnas e, em algumas localidades, houve o patrulhamento a pé (OLIVEIRA, 2017, p. 36).

Em 2010 estava previsto eleições presidenciais para a sucessão de René Préval, porém com o terremoto de janeiro, elas foram adiadas. O primeiro turno das eleições só ocorreu após uma estabilização no final de 2010 e o segundo turno ocorreu em março de 2011. Foi confirmada a vitória do candidato Michel Martelly com 67,57% dos votos. Em conformidade com o seu mandato, a MINUSTAH, em estreita cooperação com outras partes interessadas,

incluindo a Organização dos Estados Americanos (OEA), coordenou o apoio internacional para o processo eleitoral e prestou apoio técnico ao Conselho Eleitoral Provisório (CEP) (MACIEL, 2018, p. 123).

Em 2016, ocorreram novas eleições presidenciais e Jovenel Moise, um empresário haitiano do setor agrícola, apoiado pelo Presidente Martelly, venceu em primeiro turno as eleições. De acordo com o Subsecretário-Geral da ONU para as Operações de Paz, Jean-Pierre Lacroix, as eleições foram livres, democráticas e permitiram uma transição pacífica de poder ao presidente Jovenel Moise. Essa nova conjuntura permitiu que o clima de incerteza institucional, fruto do momento desestabilizador no Haiti, diminuísse. Além disso, a restauração da ordem constitucional nesse ano foi um elemento crítico para permitir a redução da presença militar da ONU e reorientação de sua operação no país. (LACROIX, 2019, p. 11)

A MINUSTAH caracterizou-se pela capacidade de se impor com neutralidade às forças locais e imparcialidade nos processos eleitorais, o que se mostrou particularmente útil na condução dos diversos pleitos nos 13 anos de atuação. As tarefas realizadas pelos militares foram significativas para a segurança das eleições como um todo, tanto na questão dos locais quanto das pessoas que estavam votando.

O sucesso alcançado pela MINUSTAH referente aos pleitos eleitorais, conforme preconizado na Resolução 1542/2004, da ONU, pôde ser avaliado pelos níveis de segurança e estabilidade obtidos, representados, por exemplo, pela própria sequência de presidentes eleitos democraticamente, que iniciaram e concluíram seus respectivos mandatos durante o período de duração da missão, fato, até então, inédito na história do Haiti.

2.6 A MINUSTAH e os direitos humanos

Uma das razões pelo estabelecimento da MINUSTAH foi a grave acusação de violação dos Direitos Humanos que estava ocorrendo no Haiti por volta de 2004. O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena todos os atos de violência e atentados realizados por grupos armados, como também, condena todas as violações de direitos humanos e compele o governo de transição do Haiti, por meio da Resolução 1542/2004, a tomar todas as medidas necessárias para pôr fim às práticas ilícitas e à impunidade.

Lamentando todas as violações dos direitos humanos, particularmente contra a população civil, e instando o Governo de Transição do Haiti a tomar todas as medidas necessárias para acabar com a impunidade e assegurar que a contínua promoção e proteção dos direitos humanos e a estabelecimento de um Estado baseado no Estado

de direito e um judiciário independente são entre suas maiores prioridades, (...) (UNITED NATIONS, 2004b, tradução própria).

Ainda pela Resolução 1542/2004, o parágrafo 4º informa que deverão ser observadas as Resoluções 1325 (2000), sobre mulher, paz e segurança; 1379 (2001), 1460 (2003) e 1539 (2004), tratantes da questão referente a presença de crianças em conflitos armados; além das 1265 (1999) e 1296 (2000), que se ocupam da proteção de civis em conflitos armados. Ao tratar essas orientações nos parágrafos iniciais da resolução, o CSNU deixa claro que os direitos humanos são prioridades nas *Peacekeeping Operations*, como recomendado na Doutrina Capstone. (FAGANELLO, 2013, p. 227)

Durante os 13 anos da MINUSTAH a questão dos direitos humanos sempre foi preocupante. Constantemente ocorriam casos de execução primária, prisões preventivas prolongadas, prisões arbitrárias, maus tratos, estupros e violência contra crianças. Virtude a precariedade do judiciário haitiano, a proteção aos direitos humanos tornava-se mais sensível, em particular dos excessos praticados pela PNH e das fragilidades humanitárias do país. (FONTOURA, 2009, CHADE, 2017 apud MACIEL, 2018, p. 94).

A contribuição da MINUSTAH para dirimir as violações de direitos humanos foi trabalhar em estreita colaboração com as autoridades haitianas para fortalecer as instituições que protegem os direitos humanos. Ness escopo, a missão ajudou a treinar as forças de segurança do país, capacitando-as a fim de saberem atuar de acordo com as normas internacionais de direitos humanos.

A MINUSTAH desempenhou, também, um papel fundamental na proteção de civis, especialmente em momentos de tensão política e instabilidade de segurança. Isso envolveu o estabelecimento de zonas seguras e a intervenção para prevenir violações dos direitos humanos, como assassinatos, estupros e violência armada. A missão também se envolveu em esforços humanitários para ajudar as vítimas de desastres naturais, como o terremoto de 2010, e crises humanitárias. Tais ações estavam ligadas ao direito à vida e à dignidade humana.

A força de paz brasileira trabalhou para fortalecer o sistema de justiça haitiano e promover o estado de direito, os militares foram cruciais na segurança dos processos eleitorais ocorridos no país durante a missão. Houve, também, o apoio da reforma do sistema de justiça, o combate à impunidade e o apoio a criação de instituições que protegem os direitos humanos.

Diante de um cenário propenso para novas violações de direitos humanos, a

MINUSTAH afirmava implementar os esforços considerados possíveis para restringir situações como assassinatos, incluindo linchamentos; detenções arbitrárias e os maus-tratos de detidos; e violência sexual nos campos de deslocados e favelas. A missão também prometeu a permanência do auxílio na inclusão de uma perspectiva de direitos humanos no trabalho da Comissão Interina de Recuperação do Haiti (MACIEL, 2018, p. 125).

É importante observar que a situação dos direitos humanos no Haiti continua sendo uma questão de preocupação, mesmo após o encerramento da MINUSTAH. A promoção e proteção dos direitos humanos no país continuam sendo um desafio e uma prioridade para as Nações Unidas e outros atores internacionais.

A pacificação do Haiti e aspectos ligados a área judicial, criminal e de direitos humanos, com os limites necessários ao uso da força, trouxeram, portanto, ensinamentos importantíssimos e implicações que aperfeiçoaram a forma de emprego das Forças Armadas brasileiras, inclusive nas ações de Garantia da Lei e da Ordem.

2.7 Críticas ao caráter humanitário da MINUSTAH

Os 13 anos de atuação da MINUSTAH não foi apenas de elogios, muito pelo contrário, alguns autores publicaram artigos que mencionavam sobre pontos divergentes das Forças Armadas brasileiras. Uma operação de manutenção da paz é bastante complexa, e a MINUSTAH foi a maior e mais abrangente missão que o Brasil participou. Nesse sentido, é de grande valia para as Forças brasileiras pontos de vistas diferentes, uma interação do meio acadêmico com o militar, porém com o fito de convergência para melhorias em ações futuras de modo que atuações mal realizadas não se repitam no futuro, sendo observado como lições aprendidas.

Os professores do *King's College London*²² Vinicius Mariano de Carvalho e Charlotte Bascaule (2023) fazem uma crítica à atuação das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH, no Artigo “*Brazil in MINUSTAH: exporting a domestic understanding of civil-military relations to a UN peace operation, Conflict, Security & Development*”²³. Para os autores, as

²² O *King's College London* é uma universidade de renome internacional que oferece educação excepcional e pesquisa líder mundial. Essa Instituição é, também, uma das universidades mais antigas e prestigiadas da Inglaterra, fundada dentro da tradição da Igreja da Inglaterra pelo Rei George IV e pelo Duque de Wellington. (Tradução livre) Disponível em: <<https://www.kcl.ac.uk/about/history>>. Acesso em: 05/09/2023.

²³ *Brazil in MINUSTAH: exporting a domestic understanding of civil-military relations to a UN peace operation, Conflict, Security & Development* - O Brasil na MINUSTAH: exportando uma compreensão interna das relações

tropas brasileiras exportaram uma visão particular das relações civil-militares para a MINUSTAH, por meio de um papel abrangente, especialmente dos militares como provedores de políticas sociais e promotores do desenvolvimento.

As ajudas humanitárias realizadas pelo braço militar brasileiro da MINUSTAH tiveram relação com o assistencialismo praticado em algumas regiões do Brasil. À medida que a missão avançava, alguns estudiosos falaram do “jeito brasileiro de manutenção da paz”. Tal fato se dava por uma combinação de ação militar robusta com operações não relacionadas à segurança mais próximas dos civis e da população local. Os militares brasileiros interpretaram erroneamente o seu papel conforme preconizado no *United Nations - Civil Military Coordination* (UN-CIMIC)²⁴, quando eles realizavam atividades de assistências humanitárias que deveriam ser desempenhadas pelo componente civil. (CARVALHO e BASCAULE, 2023).

Os militares que participaram da missão, tinham como ponto de vista o papel primordial das Forças em ações de ajuda humanitária. O General de Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro *Force Commander* da MINUSTAH, em palestra intitulada “Operação de Paz no Haiti”, proferida no Palácio do Planalto, em 2005, afirmou que mesmo não sendo tarefa da Força militar promover ações humanitárias, se a Missão não o fizer, não haverá quem o faça. O cuidado de realizar ações dessa natureza, constituiu uma preocupação de todos os contingentes no Haiti (LESSA, 2007, p. 75).

A partir do texto de Lessa, pode-se verificar o caráter humanitário que se tornou a MINUSTAH. Os militares brasileiros eram determinados pelos superiores hierárquicos a executarem tarefas que deveriam ser realizadas por outros organismos civis, porém algumas vezes essas tarefas não eram executadas, o que se tornava empecilhos para o cumprimento da missão. Um grande exemplo era a coleta de lixos, caso esses não fossem retirados poderiam atrapalhar o avançar das tropas motorizadas pelos arruamentos do país, colocando os militares em risco e dificultando o cumprimento de missões.

Algumas Ações Cívicas Sociais (ACISOS) eram realizadas pelos militares com o intuito humanitário, no entanto elas traziam informações valiosas que contribuíam com o desenvolver na missão. Nesse escopo, os militares ganhavam a simpatia e o apoio da população

civis-militares para uma operação de paz da ONU, Conflito, Segurança e Desenvolvimento (tradução livre).

²⁴ *United Nations - Civil Military Coordination* (UN-CIMIC) - Coordenação Civil-Militar das Nações Unidas. Disponível em: < <https://resourcehub01.blob.core.windows.net/training-files/Training%20Materials/023%20STM-UNCIMIC/023-001%20STM%20UNCIMIC.pdf>>. Acesso em: 05/09/2023.

local e coletavam dados que ajudavam em operações subsequentes contra os agentes adversos na localidade.

Um ponto importante das missões de paz é que cada componente, militar e civil, deve saber perfeitamente sua real tarefa. Para que isso seja realizado, a ONU regulariza essa coordenação, por meio do UN-CIMIC, de modo a facilitar o desenvolver das operações e determinar à civis e à militares as suas devidas funções na missão. A interação e a troca de experiências entre os componentes civis e militares são fundamentais para que a missão possa ser desenvolvida e o país anfitrião tenha, ao mesmo tempo, segurança, capacitação e desenvolvimento.

2.8 Desmobilização e término da missão

A partir de 2014, a ONU já visualizava encerrar as atividades da MINUSTAH no Haiti. O país já estava com uma certa estabilidade, principalmente nos quesitos que foram elencados na Resolução 1542/2004. Diante disso, a missão estava cumprindo seu dever e entregando um país melhor para a população.

Ao longo da missão, o assunto de redução de efetivos e a desmobilização veio à tona por diversas ocasiões. Entretanto, com o terremoto de 2010 e o furacão Matthew, em 2016, que abalaram significativamente o país, o fim da missão foi adiado várias vezes.

O Almirante Carlos Chagas Vianna Braga (2019, p. 129) detalha o final da MINUSTAH para as forças brasileiras:

Em 2015, a Resolução 2.180 marcou a entrada da MINUSTAH em seu último período analítico, a redução e a desmobilização. Em novembro de 2016, após sucessivos adiamentos, foram realizadas, sem maiores incidentes, novas eleições presidenciais, sendo eleito Jovenel Moise, que tomou posse em fevereiro de 2017 (BRAGA, 2019, p. 129).

Em outubro de 2016, a ONU emite a Resolução 2313/2016, que prorrogou o mandato da MINUSTAH até 15 de abril de 2017, considerou um eventual encerramento da missão e uma transição para uma presença mais reduzida das tropas, com a finalidade de ajudar ao governo haitiano a consolidar a paz, por meio do apoio da PNH.

Em abril de 2017, a Resolução 2350/2017 determinou que o término da missão se daria por volta de 15 de outubro. Nesses seis meses subsequentes houve a redução gradual do componente militar, dos meios e dos materiais. Após 13 anos de duração, esse seria, portanto,

o estágio final da missão, com o 26º Contingente sendo o último a estar em solo haitiano e a prover toda a repatriação de material e pessoal necessários para o término da missão. (PILAR, GÓIS, *et al.*, 2017, p. 51-52)

As tarefas táticas realizadas pelos contingentes foi gradualmente sendo substituídas por tarefas logísticas que envolveram toda a desmobilização e repatriação de material e pessoal. Nesse escopo, cada contingente passou a minimizar sua presença em patrulhamentos nas ruas, ao mesmo tempo que se dedicavam às tarefas logísticas. A redução dos efetivos nas ruas haitiana foi de forma a não transpassar para a população uma imagem de abandono das forças, mas sim que as tropas estavam deixando um legado de reconstrução e renovação para a população.

A missão das forças brasileiras no Haiti estava concluída. A MINUSTAH, ao longo de 13 anos, conseguiu a estabilização do país após anos de instabilidade política e de violência. Durante o período da MINUSTAH, o Haiti realizou vários pleitos para escolher seus líderes e a transição bem-sucedida de poder, através de eleições democráticas, foi um marco importante no processo de estabilização.

Importante mencionar, também, que a ONU não abandonou o Haiti com a saída da MINUSTAH, pelo contrário, com a saída das tropas brasileiras, foi estabelecida uma outra missão com a finalidade de acompanhar a manutenção da ordem política e do estado de direito no país, denominada de *United Nations Mission for Justice Support in Haiti*, traduzido para o português, Missão das Nações Unidas para Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH).

Essa missão teve o mandato de dois anos e se caracterizou pelo fortalecimento das instituições jurídicas e judiciais do Haiti, por meio do fornecimento de assessoria técnica e treinamento para melhorar o sistema de justiça do país. Outra importante tarefa foi a capacitação da PNH, com o fulcro de ajudá-la a se tornar uma força de segurança mais eficaz e profissional na garantia da ordem pública do país.

O Professor-Doutor Tadeu Morato Maciel (2018, p. 135) apresenta características da missão e sua finalidade em solo haitiano:

a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), a ser composta por sete unidades com aproximadamente 980 agentes e 295 oficiais. Em relação às autoridades designadas para a condução dessa missão, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, anunciou em 20 de setembro de 2017 a nomeação de Mamadou Diallo, da Guiné, como Representante Especial Adjunto (ele também atuará como Coordenador Residente das Nações Unidas, Coordenador

Humanitário e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD). Para comandar as forças policiais, foi nomeado o Georges-Pierre Monchotte, o qual advém da Gendarmerie francesa. (MACIEL, 2018, p. 135)

Entre os principais objetivos desta nova operação da ONU constam o fortalecimento da Polícia Nacional Haitiana, a garantia do Estado de Direito e o monitoramento, análise e relatoria da situação dos direitos humanos. Para Mamadou Diallo, vice-representante especial do secretário-geral da ONU no Haiti e diretor interino da MINUJUSTH, o propósito geral dessa nova missão é “aprofundar o trabalho da MINUSTAH de forma a intensificar a segurança e fortalecer a democracia e as instituições da nação”, permitindo que “um ‘contrato social’ entre os governantes e o povo do Haiti seja estabelecido” (DELVA, 2017, apud MACIEL, 2018, p. 136).

A MINUJUSTH foi parte integrante dos esforços internacionais para apoiar a estabilização e a reconstrução do Haiti após anos de instabilidade política e desafios sociais. Seu foco no fortalecimento das instituições e do Estado de Direito era fundamental para ajudar o Haiti a enfrentar seus desafios e trabalhar em direção a um futuro mais estável e próspero

A missão operou no Haiti por dois anos e encerrou suas atividades em outubro de 2019, depois de concluir seu mandato. Após o encerramento da MINUJUSTH, a ONU encerrou sua presença direta em operações de manutenção de paz no Haiti, marcando outro passo na transição da responsabilidade pela segurança e desenvolvimento do país para as autoridades haitianas.

O Ministro da Defesa do Brasil, a época do início da MINUSTAH, o Embaixador José Viegas Filho bem definiu a atuação brasileira em solo haitiano:

O Brasil organizou vinte e seis remessas de tropas, uma das operações de paz mais longas da história da ONU. Conduziu com grande eficiência e segurança o comando da operação, que teve grande êxito, pois enfrentou o terremoto de janeiro de 2010, que infelizmente matou diversas pessoas importantes. Contudo, do ponto de vista militar, representou, com orgulho, a participação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha e dos soldados do Exército Brasileiro, com uma atuação impecável. Aumentou o prestígio do Brasil, que já se fazia presente na longa tradição de participação das forças de paz, tendo começado com a primeira força de paz na ONU, na década de 50 no Oriente Médio, por meio da qual se deu a separação entre forças militares do Egito e Israel e, depois de ter participação em diversas missões na Ásia, África e na América Latina, teve seu ápice na participação na MINUSTAH, com o orgulho de tomar essa decisão de participar e comandar o componente militar da força de paz. Sendo assim, mostrou-se o Brasil um país decidido, um país que tem uma força armada robusta, competente e leal (VIEGAS FILHO, 2019, p. 71).

A MINUSTAH foi excelente para que militares brasileiros das três Forças Armadas interagissem com contingentes militares de diversas nacionalidades no ambiente de das Operações de paz sob a égide da ONU. Além do contato entre militares, as forças brasileiras também puderam interagir com Organizações Não Governamentais (ONG), agências internacionais e funcionários da ONU. Como consequência foi um processo relevante de amadurecimento profissional e individual das forças, pois a interação entre civis e militares foi

primordial para uma resolução acertada dos conflitos que ora existiam no país caribenho (CAZUMBA, 2020, p. 41).

A MINUSTAH contribuiu para a queda da violência letal e não letal no Haiti. Por um lado, o componente militar garantiu um ambiente seguro e estável acabando com violentas gangues que atuavam no país e provendo a segurança de pleitos eleitorais garantindo a democracia. Por outro lado, o componente civil fortaleceu as instituições nacionais e contribuiu para que se fosse cumprido o estado democrático de direito, fundamental para uma democracia e garantia dos direitos humanos.

De acordo com Robert Muggah, mesmo os críticos mais duros acreditaram que a MINUSTA H contribuiu para a redução geral de vários tipos de violência e desordem no Haiti. No entanto, apesar da polêmica da missão ter sido “securitizada”, alguns indicadores mostraram que após as operações, principalmente entre os anos de 2007 e 2009, a segurança pública melhorou significativamente no país. Ademais, mesmo após algumas organizações internacionais de direitos humanos criticarem a atuação conjunta entre os *peacekeepers* e a PNH, as Forças militares, com sucesso, recuperar territórios e expulsar gangues locais dos centros urbanos (MUGGAH, 2015, p. 11).

O trato das tropas brasileiras com o povo haitiano confirmou a sua capacidade de tolerância e adaptação a qualquer realidade, demonstrando respeito ao povo e a sua cultura. Dessa forma, os militares conquistaram a empatia, a confiança e admiração dos haitianos o que contribuiu para uma convivência salutar e amistosa, atenuando a miséria por meio da solidariedade e tornando os soldados brasileiros disseminadores da paz.

O Haiti ainda está longe de se tornar uma nação de modelo ideal para se viver, mesmo após a MINUSTAH, algumas mazelas ainda perduram naquele país caribenho. Porém, pode-se inferir que o que foi preconizado no início da missão, em 2004, por meio da Resolução nº 1542, no tocante a segurança, processo político e direitos humanos, a MINUSTAH pôde entregar um país melhor para a população haitiana. A participação tanto do componente militar quanto do componente civil, por meio de uma sinergia, agregou progresso, democracia e esperança para um país que, ao longo de sua história sofreu com crises políticas e sociais e catástrofes naturais.

Por fim, a missão contemplou um total de 37,5 mil militares brasileiros, ao longo de 13 anos e contou com vinte e seis contingentes alternando-se num período de aproximadamente seis meses cada, sendo, portanto, a maior participação brasileira em operações de paz. Nesse

sentido, foi grande o legado que as Forças Armadas trouxeram com a participação no Haiti e, no terceiro capítulo deste trabalho será abordado o impacto que essa missão deixou para o Corpo de Fuzileiros Navais.

3 IMPACTOS E LIÇÕES APRENDIDAS PELO CFN A PARTIR DA MINUSTAH

Para iniciarmos este terceiro e último capítulo, cabe destacar as disposições previstas, nos documentos oficiais de defesa de mais alto nível, sobre o que está disposto para o Corpo de Fuzileiros Navais. Segundo a Política Nacional de Defesa (PND)

Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha do Brasil possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego para atuar em operações de guerra naval, em atividades de emprego de magnitude e permanência limitadas. A existência de tais meios é também essencial para a defesa dos arquipélagos e das ilhas oceânicas em águas jurisdicionais brasileiras, além de instalações navais e portuárias, e para a participação em operações internacionais de paz, em operações humanitárias e em apoio à política externa em qualquer região que configure cenário estratégico de interesse. Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as Operações Ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais, força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, constitui-se em parcela do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil. (BRASIL, 2016, p. 50)

Após a explanação do emprego do CFN, de acordo com a END, cabe ressaltar, principalmente, para este trabalho acadêmico, a participação em operações internacionais de paz e as operações humanitárias e em apoio à política externa brasileira. Nesse Sentido, o Contra-Almirante Fuzileiro Naval José Henrique Salvi Elkfury destaca o caráter expedicionário e de pronto emprego do CFN, principalmente em atuações de operações de paz

A Marinha do Brasil (MB), por meio do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), força expedicionária por excelência, foi convocada para participar com tropa em missões conduzidas por organismos internacionais na República Dominicana (1965-1966), em Angola (1995-1997) e, desde 2004, no Haiti. Precipualemente destinado à realização de Operações Anfíbias, o CFN pode conduzir outras missões, como as citadas acima, realizando os pertinentes ajustes em termos de capacitação de pessoal, adequação do material e doutrina. Essas ações são executadas por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais²⁵ (GptOpFuzNav), nucleados em unidades do Setor Operativo, normalmente da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), dimensionadas de acordo com a missão que será cumprida e apoiadas pelo Setor Comando-Geral do CFN (CGCFN). No caso de viaturas operativas (VtrOp), armamentos, equipamentos e equipagens, esse apoio é prestado pelo Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatFN) que, tendo como referência as Tabelas de Dotação, prioriza dois GptOpFuzNav: a Força Pronta, para emprego em Operações Anfíbias ou, com as devidas adaptações, para outros tipos de missão; e o Batalhão de Proteção, para Operações de Paz, que podem ser acionados tempestivamente. (ELKFURY, 2017, p. 63).

²⁵ O Grupamento Operativos de Fuzileiros Navais é um dos três eixos estruturantes do CFN (Operações Anfíbias, Guerra de Manobra e GptOpFuzNav) e consiste no emprego das forças de Fuzileiros Navais organizadas, prioritariamente sob forma de GptOpFuzNav, que é uma organização para o combate nucleada por tropas de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, e que reúne os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades. Esse modelo organizacional confere flexibilidade e versatilidade a seu Comandante, pois combina as capacidades e potencialidades dos meios de combate terrestre (incluindo os meios de apoio ao combate), aéreos (incluindo os meios de controle aerotático e defesa antiaérea) e logísticos, integrados por uma estrutura de comando e controle (BRASIL, 2020b, p. 2-1, 2-2).

3.1 Contribuição para a Doutrina do CFN

No campo da doutrina, o GptOpFuzNav-HAITI foi uma experiência enriquecedora para o CFN. A atuação como componentes, sendo o Componente de Comando (CCmdo), o Componente de Combate Terrestre (CCT) e o Componente de Apoio de Serviço ao Combate (CASC), conferiu maior descentralização do Comandante do GptOpFuzNav-HAITI e concedeu mais liberdade para os comandantes de cada componente e liderança nos pequenos escalões que atuavam diretamente no terreno.

Segundo o Contra-Almirante Nélio de Almeida et al o emprego de tropas do Corpo de Fuzileiros Navais em operações de paz no Haiti resultou em importantes contribuições para o desenvolvimento de doutrina da Força. Com a expertise adquirida pela atuação em formato de Grupamentos Operativos foi possível travar contato mais estreito com as diversas atividades desenvolvidas em missões de paz, o que viabilizou a atualização dos manuais da série CGCFN, além do mais, foram elaborados outros manuais sobre o tema dos GptOpFuzNav, como também, sobre as operações de paz (DE ALMEIDA, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 54).

Outro assunto que ganhou notoriedade para o CFN foi o estabelecimento da célula de Assuntos Cívicos. Após o período de enfrentamento das forças com as gangues haitianas, houve uma maior estabilização o que possibilitou a MINUSTAH a realizar operações e ações em proveito à população civil. A Seção de Assuntos Cívicos do GptOpFuzNav-HAITI estreitou contato com a população civil e obteve informes úteis para a Seção de Inteligência além de colocar a tropa em condições de realizar Operações Cívico-Militares em locais de importância operativa. O emprego dos Assuntos Cívicos contribuiu para os ensinamentos quanto à diferença de uma Ação Cívico-Social (ACISO), de cunho assistencialista, e uma Operação Civil-Militar, com o propósito operacional (*ibidem*, p. 55).

Uma Força Armada geralmente treina para atuação em campo de batalha. Com o passar do tempo e a mudança do espectro da batalha no campo para os centros urbanos, as Forças Armadas tiveram que se adequar à nova realidade. A MINUSTAH atuou predominantemente em área urbana, com isso foi de grande importância para o CFN o treinamento em ambiente de cidade. Para isso, os militares tiveram que se aprofundar na doutrina das Operações Militares em Ambiente Urbano (OMAU).

Segundo o Contra-Almirante Fuzileiro Naval Renato Rangel Ferreira o ambiente urbano de Porto Príncipe tinha a presença de uma grande população civil, de organismos não

governamentais e da mídia, o que propiciou grandes transformações nos procedimentos da tropa. Neste contexto urbano, o combatente para lograr êxito deveria preservar sua capacidade de combater e, também, ter uma postura neutra ou colaborativa em relação aos civis. (FERREIRA, 2019, p. 214)

Os treinamentos para o ambiente urbano eram realizados na Pista de Combate em Localidade do 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, localizado no complexo do Comando da Divisão Anfíbia, Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Além do mais, eram realizados, também, treinamentos na localidade de Itaóca, Espírito Santo, o que conferia maior realidade, pois se constituía um ambiente similar ao real, com civis transitando livremente. A importância do aprimoramento em OMAU foi comprovada nas ruas e vielas de comunidades do Rio de Janeiro em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

A projeção de poder militar no exterior, através do envio de tropas em missões reais, impacta a imagem das Forças Armadas de um país. A atuação das tropas brasileiras no Haiti, em particular o CFN, foi observada por vizinhos e outros países, ampliando o conhecimento sobre o Brasil. Essa projeção positiva contribuiu para elevar a imagem do país no cenário internacional e, também, o poder dissuasório perante uma possível ameaça, pois ficou notório, após a MINUSTAH, que o Brasil tem grande capacidade militar.

O General de Divisão Ajax Porto Pinheiro, último *Force Commander* da MINUSTAH, destacou que o legado deixado pela missão para as Forças foi sintetizado em cinco objetivos alcançados: logística, adestramento das tropas, integração das Forças Armadas e projeção de poder militar. E continuou exaltando o legado para o CFN:

Os maiores legados para o EB e para a MB, particularmente para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), foram o aprendizado e a prática de novas técnicas operacionais, consolidando, assim, as missões de paz como o melhor campo de treino para o soldado. Esse legado retornou para o Brasil com os oficiais e praças que participaram da Missão e foi repassado aos nossos estabelecimentos militares de ensino. Da mesma forma que os soldados que regressavam de uma missão no exterior traziam consigo experiências reais que também eram replicadas na tropa. (PINHEIRO, 2019, p. 246)

Uma geração de Fuzileiros Navais foi marcada pela missão de paz no Haiti. Isso foi de suma importância, pois o aprendizado foi enorme em vários campos de conhecimento, desde o treinamento e um ambiente urbano, completamente diferente do campo tradicional de batalha, até as novas técnicas e práticas operacionais que, subsequentemente, foram usadas em operações no próprio Brasil.

3.2 Legado material para o CFN

Os 13 anos da MINUSTAH conferiram ao CFN um enorme legado tangível, por meio de uma grande reestruturação de equipamentos, viaturas e materiais militares. Por exigências da ONU, o CFN teve que adaptar seus meios para poder operar nas ruas do Haiti. Um grande exemplo foram as viaturas blindadas.

O Acervo do CFN tinha como viatura para transporte de tropas a Viatura Blindada sobre Lagarta M-113, por ser movida por lagarta essa estrutura poderia degradar ainda mais as ruas já danificadas do país. Virtude disso, a ONU vetou o uso dessas viaturas e recomendou o emprego de viaturas blindadas sobre rodas. Dessa forma, virtude os recorrentes engajamentos das tropas, viu-se a necessidade de adquirir carros que conferissem mobilidade e proteção blindada. O CFN teve a oportunidade de adquirir uma das melhores viaturas blindadas sobre rodas do mercado, com renomada aprovação internacional, que foi a Viatura Blindada Especial sobre Rodas 8X8 PIRANHA IIIC (VtrBld Esp SR 8X8 PIRANHA IIIC) (BRAGA e DIAS, 2017, p. 107).

Com mais de 11 mil unidades vendidas para diversos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e estando já na terceira geração, a VtrBld Esp SR 8X8 PIRANHA IIIC, da MOWAG, destacava-se em termos tecnológicos e, principalmente, logísticos. O contrato para aquisição do primeiro lote, quatro Viaturas Blindadas Transporte de Pessoal e uma Viatura Blindada Socorro, foi assinado em setembro de 2006, sendo as viaturas entregues no Rio de Janeiro em fevereiro de 2008. Em poucos dias as viaturas já haviam sido embarcadas no Navio de Desembarque de Carro de Combate (NDCC) Mattoso Maia, desembarcando em Porto Príncipe em março do mesmo ano. Tiveram seu “batismo de fogo” nas manifestações de 8 de abril, quando uma seção foi enviada para resgatar membros da Embaixada Brasileira isolados no Aeroporto Internacional Toussaint Louverture, levando-os para local seguro e dirigindo-se, a seguir, para a área das manifestações, desobstruindo avenidas bloqueadas por caçambas de lixo e pneus em chamas em seu deslocamento. (ELKFURY, 2017, p. 64)

As palavras do Contra-Almirante Elkfury corroboraram a capacidade operativa da viatura PIRANHA IIIC, que em sua primeira atuação em solo haitiano, conferiu segurança e mobilidade tanto para as tropas quanto para os nacionais resgatados. Recentemente essas viaturas foram utilizadas em operações de GLO e de Garantia da Votação e Apuração (GVA), no Rio de Janeiro. Ademais, elas são frequentemente utilizadas em adestramentos da Força de Fuzileiros da Esquadra em diversos ambientes operacionais do Brasil, como as regiões de Itaóca, Espírito Santo, e de Formosa, em Goiás.

Ainda no campo das viaturas, porém agora falaremos das não blindadas, durante a missão ocorreu a substituição das viaturas da marca *Toyota* para as da marca *Land Rover*. No

início da missão foram empregadas as viaturas leves *Toyota*, por ainda não existir no acervo do CFN a quantidade suficiente de viaturas leves *Land Rover*. No início de 2006, foram adquiridas duas viaturas *Land Rover Defender* Ambulância UTI militarizadas para substituir as Ambulâncias *Toyota*. Os veículos *Land Rover* foram configurados para operações médicas em áreas urbanas de difícil acesso, o que representou um grande avanço nos atendimentos de emergência. Em 2010, todas as viaturas *Toyota* foram substituídas por *Land Rover*, que permaneceram até o final da missão (ELKFURY, 2017, p. 65-66).

O Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra decidiu, no início da missão, a utilização de caminhões UNIMOG (*Mercedes Benz*), em detrimento aos caminhões REO. A justificativa para a utilização dos UNIMOG era que eles eram mais novos e ainda estavam na garantia.

Os caminhões UNIMOG e as viaturas leves *Land Rover* são bastante usados para transporte de pessoal e material nas diversas unidades de Fuzileiros Navais. Esse legado da MINUSTAH para o CFN trouxe mobilidade e agilidade para a tropa nas diversas missões e adestramentos durante o ano.

Uma transição que foi muito notória para os militares do CFN foi a mudança das equipagens operativas. O início da missão não foi fácil para a tropa como um todo, tudo era novo e incógnito, as forças adversas na região utilizavam armamento de calibre 7,62mm e os coletes balísticos dos Fuzileiros Navais eram de proteção Nível II que não atendiam a demanda da missão. Virtude disso, o CFN, por meio do Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatFN), adquiriu coletes balísticos Nível III-A, que utilizados juntamente com painéis balísticos – no peito e nas costas – apresentam proteção adequada para tiros de calibre 7,62mm (ELKFURY, 2017, p. 66).

Os capacetes também foram substituídos por outros de melhor qualidade. Assim como os coletes, no início da missão eram utilizados os capacetes com proteção Nível II-A. Visando a adequação em relação a proteção contra armamento com munição de calibre 7,62 mm, ocorreu a substituição para o capacete com proteção Nível III-A (RBH-303), similar a proteção do colete balístico (ibidem, 2017, pp. 66-67). Tanto o colete quanto o capacete ainda são utilizados pela tropa hoje e oferecem uma proteção adequada.

Um caso marcante durante a missão foi o tiro que o hoje Suboficial Fuzileiro Naval do quadro de Infantaria Gilson Clemente Fonseca levou em seu capacete. O equipamento foi tão

útil que salvou a vida do militar, na época Terceiro-Sargento, conforme extrato de seu relato no periódico *O Anfíbio*:

Mas em meu sétimo dia no Haiti, observei que realmente a finalidade de propiciar um ambiente estável e pacífico seria complicado devido ao alto índice de criminalidade que ocorria na Área de Responsabilidade. Tal fato tornou-se evidente na madrugada do dia 22 de dezembro de 2006, quando o GptOpFuzNav, as tropas dos países participantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Polícia Nacional do Haiti (PNH) realizaram uma operação combinada chamada Beatriz. Essa operação tinha como propósito ocupar a favela de Cité Soleil, considerada a maior do país, sendo dividida em duas porções denominadas Drouillard (porção oeste) e Bouf Neuf (porção leste), ambas separadas por uma importante rodovia chamada "Soleil-9". A principal tarefa do GptOpFuzNav era combater a ação de grupos criminosos que cometiam inúmeras atrocidades com moradores e, principalmente, combater os altos índices de sequestros, que contribuíam financeiramente para a existência das gangues locais.

Às 04h45 do referido dia, os comboios saíram da antiga Base de Fuzileiros Navais no Haiti Acadêmica Rachel de Queiroz (BFNHARQ), localizada próxima ao Aeroporto de Porto Príncipe, com destino ao Ponto Forte 21, onde o GptOpFuzNav realizava um serviço diário de controle de acesso e vigilância das comunidades. Tendo sido feitos os ajustes necessários e transmitidas as ordens a todos os militares do Componente de Combate Terrestre (CCT) e aos demais militares envolvidos, iniciou-se, então, o deslocamento a Bouf Neuf, local em que supostamente estariam as lideranças de alguns destes grupos criminosos, conforme o contido no planejamento inicial. Todos esses grupos eram chefiados por um único indivíduo denominado Belonni, que tinha como seu braço direito o Zacarias, considerado o mais perigoso entre eles.

Ao chegar ao local preestabelecido para o desembarque das tropas, foi comandado "Porta Livre", que se trata de um comando utilizado para o desembarque dos combatentes dos blindados. Naquele momento, foram efetuados disparos na direção dos blindados e das tropas que faziam a varredura no interior da favela. Na ocasião, eu tinha a função de atirador da metralhadora MAG do blindado "URUTU", de onde prestava o apoio de fogo aos militares que se deslocavam no terreno. Preocupado e mantendo o foco na proteção da tropa, acabei sendo atingido na cabeça por um disparo, mas não sofri dano maior devido à correta utilização do capacete modelo RBH-303, de fabricação Israelense. Contudo, ainda assim tive um ferimento leve, devido aos estilhaços do encamisamento da munição, que acabaram por me atingir. No instante em que o comando da operação tomou conhecimento do acidente com seu militar, foi deslocado, imediatamente, um blindado ambulância para o local, que apoiou o meu retraimento de forma rápida para a Unidade Médica nível II, mobiliada por militares do contingente argentino (FONSECA, 2017, p. 70-71).



Foto: Capacete alvejado com um tiro, utilizado pelo Suboficial Gilson.
Fonte: Periódico *O Anfíbio*/2017. V.35 – A Revista do Corpo de Fuzileiros Navais.

Este relato do Suboficial Gilson demonstra o comprometimento e a decisão acertada da Administração Naval em substituir os coletes e capacetes visando a segurança de seus militares e atender aos requisitos da ONU. Como também, o legado que ficou para utilização desse material em diversas operações e exercícios realizados pelo CFN.

A substituição das equipagens operativas como as mochilas, porta carregadores, porta rádios e coletes táticos, foi realizada pelo CMatFN, que utilizou itens com a tecnologia M.O.L.L.E.²⁶ para que pudessem ser utilizados complementarmente ao colete balístico. Além disso, devido ao ambiente operacional no Haiti, que é tipicamente urbano, foram identificadas necessidades de proteção para as extremidades dos combatentes, como joelheiras, cotoveleiras, óculos de proteção e luvas. Em relação ao armamento, foram adquiridas bandoleiras de três pontos, que facilitou o transporte e permitiu realizar outras atividades com as mãos, e acessórios como miras holográficas e designadores a laser, que melhoraram a ergonomia e a eficácia das armas leves (ELKFURY, 2017, p. 66-67).

Com o passar do tempo da missão, foram diminuídas as ações de combate tipo enfrentamento e se destacaram as operações civis-militares. Essa mudança exigiu o uso gradativo da força e, também, do uso de armamentos não-letais, como cassetetes elétricos, pistola eletrochoque, lançadores de munições não letais, spray de pimenta e granadas fumígenas e lacrimogêneas. Essas mudanças contribuíram para a adaptação do CFN nos diversos cenários operacionais tanto no Haiti quando no Brasil (ibidem, 2017, p. 67).

26 O sistema M.O.L.L.E. foi desenvolvido pelas Forças Armadas americanas em substituição ao sistema de fixação A.L.I.C.E (*All-purpose Lightweight Individual Carrying Equipment* – Sistema de Transporte Generalizado de Equipamento Individual) e adotado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. Este sistema permite a fixação no colete de quaisquer outros itens da equipagem operativa que possua o mesmo sistema de fixação. O CFN também adotou o sistema M.O.L.L.E. e, atualmente, o CMatFN está realizando a substituição dos itens de equipagens que ainda possuem o sistema A.L.I.C.E. em seu acervo.



Foto: Fuzileiros Navais utilizando Coletes Balístico e Capacete de proteção Nível II.

Fonte: Disponível em:

https://www.tropasearmas.com/BRASIL_FUZILEIROS_NAVAIS.htm .

Acesso em: 02/10/2023



Foto: Fuzileiro Naval utilizando Coletes Balístico e Capacete de proteção Nível III-A, além de sua Equipagem Operativa

Fonte: Periódico O Anfíbio/2017. V.35 – A Revista do Corpo de Fuzileiros Navais.

O Corpo de Fuzileiros Navais agiu de maneira ágil e eficiente na aquisição de material quando foi convocado para a MINUSTAH. Com o apoio do Comando do Material de Fuzileiros Navais, o CFN conseguiu adaptar o material disponível às condições específicas da missão e identificou as necessidades de novos equipamentos para realizar aquisições acertadas que contribuíram para a proteção e a mobilidade da tropa. Isso foi feito apesar dos desafios relacionados à longa duração da missão e às grandes distâncias envolvidas, demonstrando a competência da organização em responder às demandas operacionais de forma eficaz e adaptativa.

A longa distância entre o Rio de Janeiro e Porto Príncipe foi um grande desafio para a logística do CFN na missão. Os suprimentos chegavam em navios da Marinha do Brasil ou em aeronaves da Força Aérea Brasileira e essa integração contribuiu para manter o poder de combate de nossas tropas pelos 13 anos da missão. Além do mais, reforçou a interoperabilidade entre as Forças, por intermédio da utilização dos meios que cada uma dispunha e que ajudaram na manutenção da missão.

Manter um efetivo significativo de soldados afastados de sua base por um longo período, como ocorreu na MINUSTAH, demandou a ativação de uma estrutura logística robusta e bem coordenada para atender continuamente e de forma eficaz todas as necessidades enfrentadas. Durante os 13 anos de missão, houve um notável aprimoramento das diferentes estruturas e processos logísticos, beneficiando todas as funções logísticas necessárias para o cumprimento eficaz da missão (BRAGA e DIAS, 2017, p. 110).

3.3 Contribuição da MINUSTAH para a Pesquisa Acadêmica

Após a MINUSTAH, houve um aumento significativo nas interações do CFN com outras instituições civis e militares, por meio de convites para participação em cursos, estágios e eventos relacionados ao tema, tanto no Brasil quanto no exterior. Isso incluiu a indicação de alunos e representantes da Força, bem como a designação de instrutores e palestrantes. (BRAGA e DIAS, 2017, p. 108).

Além disso, o CFN estabeleceu parcerias com instituições acadêmicas, o que permitiu uma maior divulgação das atividades da instituição. Um exemplo notável é o projeto "O Brasil em Missões de Paz: Inserção Internacional, Equipes Integradas e Ação no Haiti", aprovado em 2008 pelo Ministério da Defesa e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA). Este projeto, focado em operações de paz, envolveu a colaboração com instituições acadêmicas como o Instituto de Relações Internacionais (IRel) da Universidade de Brasília (UnB), o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-RIO, bem como a participação da Marinha do Brasil através do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e da Escola de Guerra Naval (ibidem, 2017, p. 109).

De acordo com a Doutora Adriana Erthal Abdenur et al, após a participação do Brasil na MINUSTAH, houve um impacto significativo na produção acadêmica em relação ao assunto de operações de paz. Isso coincidiu com o crescimento das áreas de Relações Internacionais e

Estudos de Defesa no país. Segundo o portal de periódicos da CAPES, entre 2004 e setembro de 2017, a produção acadêmica em língua portuguesa sobre operações de paz aumentou consideravelmente, com 418 publicações, em comparação com apenas 35 entre 1990 e 2003. Esse aumento segue uma tendência global de aumento na literatura sobre paz e segurança (ABDENUR, KUELE, *et al.*, 2017, p. 103).

A participação brasileira na MINUSTAH teve um impacto significativo na produção acadêmica, gerando lições valiosas sobre decisões políticas, operações no terreno e o papel das instituições em missões de paz internacionais. A interação entre civis e militares traz uma ótica interessante ao debate das operações de paz, pois visões diferentes viabilizam resoluções eficientes e práticas para as questões humanitárias.

3.4 Novas capacidades do CFN a partir da MINUSTAH

A experiência da MINUSTAH habilitou as Forças Armadas brasileiras em operações futuras sob a égide da ONU, como foi o caso da UNIFIL, no período de 2011 a 2020, comandada por um Almirante da Marinha do Brasil. Nesse sentido, segundo o Contra-Almirante Rogério Ramos Lage, para controlar as capacidades disponibilizadas pelos Países Contribuinte de Tropa (TCC), a ONU possui o *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UN PCRS)²⁷ Esse sistema serve para que os TCC coloquem suas capacidades, unidades, meios, pessoal, que estão em condições de realizar missões de paz disponíveis para serem empregados pela ONU. E com o intuito de ajudar no processo decisório relativo à participação do Brasil em missões de paz, o Ministério da Defesa (MD), por meio da Subchefia de Operações de Paz, desenvolveu o projeto denominado Seleção e Emprego de Tropas Adjudicadas (SETA) (LAGE, 2019, p. 274-275).

O objetivo desse projeto é deixar o MD em condições de responder às demandas da ONU para uma missão paz. Ele também serve como ferramenta de apoio ao processo decisório, por meio de uma análise contínua de uma equipe multidisciplinar de todas as operações em andamento sob a égide da ONU, além de analisar os aspectos favoráveis e desfavoráveis e as prioridades de acordo com a concepção desse Ministério.

²⁷ United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UN PCRS) - Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (tradução livre). Disponível em: [https://pcrs.un.org/Lists/Announcements/Attachments/36/2023.10%20Peacekeeping%20Capability%20Readiness%20System%20\(PCRS\)_Guidelines.pdf?Mobile=1](https://pcrs.un.org/Lists/Announcements/Attachments/36/2023.10%20Peacekeeping%20Capability%20Readiness%20System%20(PCRS)_Guidelines.pdf?Mobile=1). Acesso em: 04/10/2023.

Segundo *United Nations* (2023, tradução própria), o objetivo do PCRS é alcançar maior grau de prontidão e previsibilidade para a seleção de unidades militares e policiais a serem destacadas para uma operação de paz através de uma abordagem mais sustentada, eficiente e colaborativa entre o Secretariado e os Estados-Membros. Nesse sentido, existem quatro níveis distintos de PCRS definidos pela ONU:

7.1. Nível 1: A capacidade penhorada foi integralmente aceita e registrada no PCRS, após a apresentação da documentação básica de penhor exigida. Esses documentos estão descritos no Parágrafo 9.1. Um compromisso no Nível 1 ainda não foi considerado para implantação, uma vez que não foi feita nenhuma avaliação sobre a capacidade oferecida. Não há compromisso de um país contribuinte de tropas/polícia (T/PCC) para aceitar um convite para implementar um compromisso neste nível de PCRS, nem um compromisso do Secretariado para selecionar o compromisso para implementação.

7.2. Nível 2: Uma capacidade de Nível 1 recebeu uma Visita de Avaliação e Consultoria (AAV)²⁸ bem-sucedida e é considerada disponível para um futuro processo de seleção de implantação. O Procedimento Operacional Padrão (SOP)²⁹ da AAV fornece orientação detalhada sobre a conduta de uma AAV. Não há nenhum compromisso por parte de um T/PCC de aceitar um convite para implementar um compromisso a este nível do PCRS, nem um compromisso do Secretariado para selecionar o compromisso para implementação.

7.3. Nível 3: Uma capacidade prometida de Nível 2 tem o seu equipamento e pessoal de propriedade do contingente alinhados com uma Declaração Genérica de Requisitos de Unidade (SUR)³⁰ militar/policial através de um processo de revisão. Espera-se que o T/PCC seja capaz de preparar a unidade para implantação em 90 a 120 dias após a aceitação do convite para implantação. Não há compromisso de um T/PCC de aceitar um convite para implantar um compromisso neste nível de PCRS, nem um compromisso do Secretariado de selecionar o compromisso para implantação.

7.4. Nível de Desdobramento Rápido (RDL)³¹: Uma unidade no RDL foi verificada em relação a um SUR genérico militar/policial e está pronta para iniciar o seu destacamento para qualquer missão de campo da ONU, nova ou existente, no prazo de 60 dias após um convite formal do Secretariado. Um T/PCC com compromisso na RDL tem, em princípio, o compromisso de aceitar um convite para ser destacado para qualquer missão no terreno da ONU, existente ou nova. As unidades da RDL receberão 25 por cento do componente de manutenção das taxas de reembolso definidas para os principais equipamentos declarados no Contrato RDL (RDLA) durante o período em que essas unidades estiverem registradas na RDL. (UNITED NATIONS, 2023, tradução própria).

Em julho de 2021 inspetores da ONU avaliaram o desempenho do Grupamento de Fuzileiros Navais de Força de Paz de Emprego Rápido (*Quick Reaction Force* - QRF), no Comando da Divisão Anfíbia, no Rio de Janeiro. Após essa avaliação, a ONU emitiu o relatório final da visita em abril de 2022, e concedeu ao Corpo de Fuzileiros Navais a certificação Nível 3 para atuação no Sistema de prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz da ONU, sendo,

²⁸ AAV - *Assessment and Advisory Visit* - Visita de Avaliação e Consultoria.

²⁹ SOP - *Standard Operating Procedures* - Procedimentos Operacionais Padrão.

³⁰ SUR - *Statement of Unit Requirement* - Declaração de Requisito de Unidade.

³¹ RDL - *Rapid Deployment Level* – Nível de Desdobramento Rápido.

nesse caso, a primeira tropa no mundo a conquistar tal certificação.

O professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio), Ricardo Oliveira, integrante da Rede Brasileira de Pesquisa sobre operações de paz, em entrevista à repórter Akemi Nitahara, da *Agência Brasil*, destacou a relevância para o país de ter o CFN como uma tropa de Nível 3 do Sistema de prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz da ONU:

“Essa contribuição é muito importante não apenas para tornar o Brasil um importante ator nos assuntos de segurança internacional, mas também reverbera positivamente do ponto de vista doméstico, da *expertise* alcançada no que diz respeito à aquiescência desses padrões internacionais de manutenção da paz e da segurança nacional. Então o nível de excelência aqui alcançado permite com que o Brasil difunda essa *expertise*, esse *know how*, inclusive para treinar outros contingentes ao redor do mundo no sistema internacional.” (Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-04/tropa-da-marinha-recebe-certificacao-maxima-para-missoes-de-paz-da-onu#:~:text=Pela%20primeira%20vez%2C%20uma%20tropa,as%20chamadas%20miss%C3%B5es%20de%20paz>. Acesso em: 08/10/2023.

Após esse reconhecimento, o CFN tem intensificado seus treinamentos para compor a Força de Reação Rápida caso seja acionado pelo organismo. Segundo o Capitão-Tenente Fabrício Sérgio Costa, da *Agência Marinha de Notícias*, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Emprego Rápido em Força de Paz é formado por 220 militares, sendo 10% mulheres e está organizado em três componentes: o CCmdo, o CCT e o CASC. Por fim, o militar salientou que o relatório da ONU, que certificou o CFN como uma QRF Nível 3, destacou que “os Fuzileiros Navais do Brasil possuem mentalidade expedicionária, móvel e ágil; altos padrões de prontidão operativa e de pessoal; forte comando e controle; elevada moral e disciplina e são bem treinados” (COSTA, 2022).

Em entrevista para a *Agência Marinha de Notícias*, o Vice-Almirante Fuzileiro Naval Carlos Chagas Vianna Braga menciona sobre o significado para o Brasil de ter o CFN como Força de Emprego Rápido:

“Fomos a primeira tropa do Estado brasileiro a atingir este nível de capacitação da ONU. Somos, atualmente, a única QRF (Companhia de Emprego Rápido) no nível 3 no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz da ONU. Isso representa um marco para o nosso País e também uma grande responsabilidade”. (COSTA, 2022).

Em 2000, a ONU emitiu a Resolução 1325³², que versa sobre Mulher, Paz e Segurança

³² Resolução 1325/2000, do CSNU, disponível em: [https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SC ResolutionWomenPeaceSecurity_SRES1325%282000%29%28english_0.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SC%20ResolutionWomenPeaceSecurity_SRES1325%282000%29%28english_0.pdf). Acesso em: 09/10/2023.

(MPS). Essa agenda das Nações Unidas atenta para o papel fundamental da igualdade de gênero na promoção da paz. Ela é um marco significativo na promoção da igualdade de gênero e do papel das mulheres na prevenção e na resolução de conflitos. De acordo com *United Nations* (2000) o papel da mulher é de grande relevância na resolução de conflitos:

Reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na consolidação da paz, e sublinhando a importância da sua participação igualitária e do seu pleno envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, e a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisões em matéria de prevenção e resolução de conflitos, (UNITED NATIONS, 2000, tradução própria)

Desde a adoção da Resolução 1325/2000, várias outras resoluções e iniciativas relacionadas ao tema MPS foram promovidas pela ONU, ampliando e fortalecendo o compromisso com a igualdade de gênero e a participação das mulheres em questões de paz e segurança. No entanto, apesar dos avanços, ainda persistem grandes desafios na implementação efetiva desta Resolução em todo o mundo, incluindo a necessidade de maior representação das mulheres em cargos de liderança política e a eliminação da violência de gênero em situações de conflito.

A fim de atender às exigências da ONU de igualdade de gênero, o CFN se estruturou, por meio do COpPazNav ministrando cursos e estágios que capacitam mulheres civis e militares para atuação em missões de paz. O Curso de Operação de Paz para mulheres oferece às participantes a oportunidade de explorar e discutir experiências e conhecimentos compartilhados por palestrantes civis e militares, com ênfase nos desafios enfrentados pelas mulheres em missões de paz.

Atualmente a ONU faz a exigência de pelo menos 10% do contingente militar da Força de Paz de Emprego Rápido ser composto por mulheres, como estratégia de paridade de gênero. Tal fato ressalta o papel crucial do sexo feminino frente às demandas em operações de ajuda humanitária, principalmente em atendimento às mulheres que se encontram em estado de vulnerabilidade. O CFN, portanto, se demonstra decisivamente engajado com os preceitos da ONU em paridade de gênero e ressalta essa importância através de ações inclusivas e concretas na busca de resoluções de conflitos e de ajuda humanitária.

Com a experiência adquirida nos 13 anos da MINUSTAH, o CFN conseguiu um grande avanço tecnológico e doutrinário. É inegável que uma geração de Fuzileiros Navais foi impactada com toda a capacidade adquirida na missão de paz, seja com o aprimoramento

técnico-profissional ou seja com a melhoria de equipagens e meios que contribuem para manter a prontidão e a versatilidade da tropa.

Os Fuzileiros Navais hoje estão qualificados e equipados para participarem de missões de paz da ONU que é necessária uma resposta militar mais robusta e especializada. Os militares são treinados para realizar tarefas específicas, como manutenção da paz, segurança e patrulhamento, contribuindo para a estabilização e segurança em regiões afetadas por conflitos ou crises humanitárias.

A partir da experiência da MINUSTAH, o CFN reestruturou seus meios, equipamentos e Doutrina para se adequar às exigências da ONU. A capacidade expedicionária e de pronto emprego, inerente a esta tropa bicentenária, é corroborada pelo reconhecimento e a certificação de uma Força de Emprego Rápido de Nível 3 das Nações Unidas. Tal fato, portanto, faz com que o CFN esteja constantemente adestrando seus militares, o que aumenta sua capacidade de atuar em vários ambientes operacionais e contribui para a participação nas diversas missões que a ONU possa designar.

CONCLUSÃO

Este trabalho acadêmico buscou mostrar como se deu a atuação das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH durante os 13 anos da missão. Esta operação de paz desempenhou um papel crucial na estabilização de um país que enfrentava graves problemas de instabilidade política, corrupção, fome e miséria. Além disso, analisamos como essa experiência operacional impactou as Forças Armadas e as relações internacionais do Brasil.

Por conseguinte, o trabalho destacou o papel estratégico que o Brasil almeja desempenhar nas relações internacionais. A participação bem-sucedida na MINUSTAH fortaleceu a posição do Brasil como um país habilitado para futuras missões de paz da ONU e reforçou o desejo de se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A expertise acumulada nessa operação de paz permitiu que o Brasil se destacasse como um ator global nos campos político e estratégico-militar.

Não obstante, esta pesquisa foi baseada, também, nos impactos que a referida missão gerou para o Corpo de Fuzileiros Navais e o legado para o futuro da tropa. Os ganhos doutrinários e operacionais foram substanciais para o aprimoramento técnico-profissional dos militares, bem como para a manutenção da capacidade expedicionária e de pronto-emprego, características da Força.

O Haiti é um país que, ao longo de sua história, sofreu com problemas políticos e sociais. O estabelecimento da missão de paz sob a égide da ONU buscou corrigir algumas mazelas que naquele momento, em 2004, eram bastantes evidentes e prejudiciais à nação, como: segurança, processo político e direitos humanos. Após um enfrentamento de forças adversas e uma operação de paz robusta, os militares brasileiros conseguiram estabilizar o ambiente e combater as gangues que aterrorizavam o país.

O terremoto de 2010, trouxe para a missão um outro patamar, passou de caráter de enfrentamento de forças para a ajuda humanitária. Grande parte do mundo se mobilizou para ajudar o país que sofreu com mais de 200 mil mortes, incluindo integrantes civis da missão e militares do Exército Brasileiro. Tal fato fez com que os militares brasileiros se engajassem no salvamento e resgate de pessoas que se encontravam em escombros e, também, na distribuição de mantimentos para a população.

Para as forças Armadas, a MINUSTAH deixa um importante legado que se materializa

no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, para o Exército Brasileiro, e no Centro de Operações de Paz de Caráter Naval, para a Marinha do Brasil. Estes respeitáveis Centros Acadêmicos disseminam conhecimentos acerca das missões de paz, além de transmitirem experiências dos militares que já participaram dessas operações.

Para o CFN a missão trouxe um ganho significativo na atualização da Doutrina e na experiência operacional nas ruas do Haiti. O militar que teve a oportunidade de participar de algum contingente da MINUSTAH, hoje transmite os conhecimentos adquiridos para as novas gerações de Fuzileiros Navais que estão em constante adestramento para um possível emprego em operações de paz.

A experiência da missão trouxe um legado material e imaterial que marcou o CFN e o habilitou a realizar missões em diversos lugares do planeta. O conhecimento adquirido elevou a tropa da Marinha do Brasil a um novo patamar de grande reconhecimento internacional e o capacitou a hoje ser a primeira Força de Emprego Rápido Nível 3 das Nações Unidas. Essa certificação, portanto, traz uma grande responsabilidade e a necessidade de o CFN estar constantemente adestrando seus militares e adquirindo conhecimentos necessários para o cumprimento de suas missões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, D. A. E. et al. O Brasil e a MINUSTAH: Lições a partir da literatura acadêmica. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões, Rio de Janeiro, n. Edição Especial - Coletânea de Artigos, 2017.

BARBOSA JUNIOR, I. O Planejamento e o início da missão. 13 Anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.

BRAGA, C. C. V. Uso da Força nas Operações de Paz: o caso da MINUSTAH. 13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.

BRAGA, C. C. V.; DIAS, M. G. 13 Anos na MINUSTAH: um importante legado para o Corpo de Fuzileiros Navais. O Anfíbio - Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, 35, 2017.

BRASIL. Carta das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 2023 julho 21.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 26/07/2023

_____. Estratégia Nacional de Defesa, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>. Acesso em: 21 jul.2023.

_____. Livro Branco de Defesa Nacional, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-0-1. Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, 2020b.

_____. Ministério da Defesa. gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz>. Acesso em: 27 julho 2023.

CARVALHO, V. M. D.; BASCAULE, C. Brazil in MINUSTAH: exporting a domestic understanding of civil-military relations to a UN peace operation, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14678802.2023.2216154>>. Acesso em: 05 Setembro 2023.

CAZUMBA, R. A. A coordenação civil-militar: a doutrina da ONU e a prática dos militares brasileiros na MINUSTAH. Niteroi: [s.n.], 2020.

COSTA, F. S. Agência Marinha de Notícias, 2022. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/apos-certificacao-inedita-da-onu-tropa-de-fuzileiros-navais-demonstra-suas>>. Acesso em: 10 outubro 2023.

- COUPEAU, S. A História do Haiti. Tradução de tradução própria. Londres: Greenwood, 2008.
- DE ALMEIDA, N. et al. A influência do emprego no Haiti para o desenvolvimento da doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais. *O Anfíbio - Revista do Corpo de Fuzileiros Navais*, 35, 2017.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Ações Humanitárias. Brasil no Haiti um caso de sucesso (2004-2017), Brasília, Maio 2018. Disponível em: <<https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/read/00123820623a16827662f>>. Acesso em: 24 julho 2023.
- ELKFURY, J. H. S. O Desenvolvimento dos meios, equipamentos e equipagens do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-Haiti. *O Anfíbio - Revista do Corop de Fuzileiros Navais*, Rio de Janeiro, 35, 2017.
- FAGANELLO, P. L. F. Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.
- FERREIRA, R. R. O Combatente Cordial e a Guerra em Três Quarteirões. 13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.
- FONSECA, G. C. Relato de um Fuzileiro Naval salvo pelo seu capacete. *O Anfíbio - Revista do Corpo de Fuzileiros Navais*, Rio de Janeiro, 35, 2017.
- LACROIX, J.-P. Prefácio. 13 Anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.
- LAGE, R. R. O Brasil e o futuro das Operações de Paz após a MINUSTAH: enfrentando novos desafios. 13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.
- LESSA, M. A. G. A participação dos contingentes do Exército brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Rio de Janeiro, 2007.
- MACIEL, T. M. O papel do Brasil na “pacificação” e reconstrução do Estado haitiano através da MINUSTAH: a turva fronteira entre espaços de segurança nacionais e internacionais. São Bernardo do Campo, 2018.
- MELO NETO, S. C. D. A. Participação policial brasileira na MINUSTA. BRASIL E HAITI: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Rio de Janeiro, 2015.
- MIRANDA, A. L. N. A pacificação de Bel Air. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões, Rio de Janeiro, outubro 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>>. Acesso em: 24 julho 2023.
- MUGGAH, R. Reflexões sobre a contribuição da MINUSTAH à segurança e estabilidade. BRASIL E HAITI: Reflexões sobre os 10 anos da Missão de Paz e o futuro da cooperação após 2016, Janeiro 2015.

NEVES, G. M. S. Comissão das Nações Unidas para Consolidação. Brasília: FUNAG, 2009. 236 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/916-Comissao_das_Nacoes_Unidas_para_Consolidacao_da_Paz_Perspectiva_Brasileira.pdf>. Acesso em: 27 julho 2023.

OLIVEIRA, E. A pacificação de Cité Soleil: a estratégia do ponto forte. O Anfíbio - Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, 35, 2017.

PILAR, R. H. S. D. et al. Alteração na posturamos 13 anos do GptOpFuzNav - Haiti. O Anfíbio - Revista do Corop de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, 35, 2017.

PINHEIRO, A. P. Missão no Haiti: Legado, Aprendizados e Aperfeiçoamentos. 13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.

SALVATORE, C. D. S. IMUNIDADES EM OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS. Revista de Iniciação Científica da FFC, Marília, 16, 2016. 39-48. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/9452/6014>>. Acesso em: 04 agosto 2023.

TEIXEIRA, C. A. R. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH. Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões, 2017.

UNITED NATIONS, D. L. Resolution 1325 (2000), 2000.

_____, D. L. Resolution 1529 (2004). 2004a.

_____, D. L. Resolution 1542 (2004), 2004b.

_____. Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS). Department of Peace Operations. Department of Operational Support, 2023, tradução própria. tradução própria.

VALLER FILHO, W. O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

VIEGAS FILHO, J. Os desafios do início da missão. 13 Anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.